



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 58ª
(QUINQUAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A LIBERDADE DE APRENDER, ENSINAR,
PESQUISAR E DIVULGAR O PENSAMENTO, A ARTE E O SABER.
(art. 206, II, CF)
DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 661, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, 25 de junho, fica transformada em comissão geral para debater a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Convido o Deputado Chico Vigilante para presidir os trabalhos da comissão geral.

A Presidência vai suspender os trabalhos até o Deputado Chico Vigilante retomar a sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h46min.)

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a comissão geral.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debate do tema: Liberdade de Aprender, Ensinar, Pesquisar e Divulgar o Pensamento, a Arte e o Saber.

Convido a tomar assento à Mesa o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa, Deputado Prof. Reginaldo Veras; o Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Prof. Fábio Pereira de Sousa; a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – Sinpro/DF, representando, também, neste ato, o CNTE, Professora Rosilene Correa; o diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UES/DF, o jovem Leonardo Matheus; o Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes, Sr. André João Costa; a professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB, Sra. Ana Maria de Albuquerque Moreira.

Quero, inicialmente, registrar a presença do Deputado Joe Valle, que daqui a pouco vai fazer uma saudação, porque S.Exa. terá que sair para um compromisso da Comissão de Fiscalização e Controle; e do Deputado da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Wasny de Roure.

O Projeto de Lei nº 1, de 2015, projeto de lei intitulado Escola Sem Partido, também conhecido como o PL da mordaga, tem gerado algumas discussões, mas principalmente, muita rejeição, especialmente pelos professores e demais profissionais de educação.

Trata-se, na verdade, de uma proposta infeliz, que pretende pôr freio no direito à liberdade de expressão própria das sociedades democráticas como a nossa. É claro que esse tipo de projeto jamais vai alcançar o seu intento.

Desde que o mundo é mundo, desde os primeiros tempos da humanidade, existe a divergência de opiniões, e ninguém consegue calar a voz daqueles que pensam diferentemente de nós.

Lembramos que Cristo foi crucificado por ter opinião divergente das opiniões dos judeus e romanos. Quiseram calar a sua voz, mas não conseguiram. Suas ideias, seu Evangelho, isto é, sua boa nova continua viva quase dois mil anos após a sua crucificação. Por isso estranhemos muito que, em pleno século XXI, ainda existam pessoas querendo calar a voz alheia, querendo cercear a voz do professor, querendo impor aos outros a sua concepção de mundo e de vida.

Nós vivemos num país livre, onde a diversidade e o pluralismo de pensamento fazem parte do nosso dia a dia. Numa mesma sala de aula convivem pessoas das mais diversas concepções. Algumas pessoas seguem determinações religiosas; outras pessoas seguem outras religiões. Umas torcem para um time; outras para o time B. Algumas pessoas defendem que o mundo com tudo que nele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

existe foi criado por Deus; outras afirmam que nós somos fruto da evolução da espécie. Algumas pessoas se declaram capitalistas; outras, socialistas. Algumas pessoas gostam do PT; outras gostam de outro partido; e outras não gostam de partido nenhum, que são a maioria no Brasil hoje. Ou seja, nós vivemos num mundo plural e, para os que acreditam em Deus, assim fomos criados por Deus, ou assim somos porque nós fizemos assim.

Como, então, é possível dizer que um professor, ao entrar na sala de aula, tem de deixar de lado tudo aquilo em que ele acredita? Como é possível um professor se despir de suas concepções ao entrar numa sala de aula? Ele deve ser apenas uma máquina que não pensa, não vê, não tem sentimentos? Creio que não. Defendo a pluralidade de concepção, pois entendo que todos os nossos alunos têm direito ao contato com professores das mais diversas concepções. Os nossos alunos têm direito a ter contato com esse pluralismo de ideias e de concepções. É isso que vamos discutir na tarde de hoje.

Eu tenho ouvido muito esse debate. O negócio ficou meio terrível, porque a gente é atacado diariamente. Há alguns lugares – não é, Deputado Prof. Reginaldo Veras – que eu e V. Exa. já fomos tachados como Deputados do diabo por estarmos defendendo a liberdade. O Deputado Prof. Reginaldo Veras me falava ontem: “Chico, determinados lugares aí nos chamaram de Deputados do diabo.” E eu, que nunca vi o diabo nem quero ver, fiquei imaginando como seria um Deputado do diabo. Será que é um Deputado que defenderia liberdades, democracia, justiça social? Desde que existo, desde que tomei conhecimento do mundo através das letras, eu sempre imaginei que a escola, a sala de aula, é um lugar, um território sagrado dos professores e dos alunos e que existe para formar cidadãos, pessoas que saibam distinguir a cidadania. Eu acho que determinadas visões... Certamente o Paulo Freire deve estar se removendo lá no túmulo: “O que estão fazendo com o meu Brasil?” Darcy Ribeiro se embrenhou na Amazônia adentro para conversar com os índios, para aprender com eles, porque ele tinha essa humildade. Fico imaginando se ele estivesse vivo hoje e tomasse conhecimento de um negócio desse, desse tipo de debate.

Nós chamamos essa audiência, essa comissão geral – e tenho certeza de que ela se dará aqui no mais alto nível –, porque fiquei muito incomodado com aquelas imagens de professores sendo maltratados dentro desta Casa por defenderem o direito de expressarem sua opinião. Fico imaginando, Isabel, em 1979, quando vocês fizeram a primeira greve dos professores. Era época da ditadura, e não podia se comunicar. Vocês botavam um bilhetinho no bolso do aluno e costuravam para ele dizer para os pais que os professores estavam lutando por liberdade e lutando também por condições de trabalho dignas, porque, naquele momento, era o único meio que vocês tinham de se comunicar com os pais. Quantas vezes os professores... Se tivesse uma lei dessa, certamente seriam punidos hoje se fizessem esse tipo de prática, não é, Deputado Prof. Israel?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Acho que nós precisamos de uma escola crítica, não queremos uma escola formando robôs. A escola não é do PT, não é do PMDB, não é de ninguém, ela é da cidadania. Por isso que nós marcamos essa audiência no dia de hoje.

Peço licença aos integrantes da Mesa para fazer um gesto que nunca faço em deferência ao deslocamento do Deputado Joe Valle. Mesmo estando com uma audiência marcada agora, eu pedi a S.Exa. que ficasse aqui, porque considero importante ouvir as palavras de S.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle para que faça uma saudação. Em seguida, retornaremos a palavra aos integrantes da Mesa.

DEPUTADO JOE VALLE – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Saúdo todos os presentes nesta Comissão Geral de extrema importância. O Deputado Chico Vigilante disse que foi chamado, junto com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação e Saúde, de Deputado do diabo. Fiquei muito impressionado, no domingo pela manhã, com uma missa da qual participei, rezada por um bispo da Igreja Católica. Ele, num determinado momento da homilia, referiu-se ao projeto da ideologia de gênero. Conseguiram reduzir o projeto mais importante que, no meu entendimento, já passou por esta Casa, que é o Plano Distrital de Educação a esse tal projeto da ideologia de gênero. Ele falou, em claro e bom som, que dezesseis Deputados tinham salvado o mundo e que sete Deputados – e que eles soubessem quem eram os sete Deputados – queriam transformar os filhos deles em *gays*. É esse absurdo, se nós não tomarmos posição e participarmos do processo, que vai acontecer, porque, no calor da má informação, as decisões são tomadas com essas galerias cheias, onde as pessoas jogam para a plateia. Fico muito triste de, mesmo participando e tendo o poder e o potencial de mudarmos para melhor o mundo, ver essas coisas acontecerem.

Parabenizo o Deputado Chico Vigilante, mais uma vez, pelo seu bom senso, pelo seu trabalho, pela sua forma de agir, trazendo assuntos relevantes, atuais e urgentes para esta Casa para serem discutidos com a comunidade, para que consigamos, de forma sóbria e madura, raciocinar sobre aquilo que estamos votando.

Deputado Chico Vigilante, esta lei não deve ser nem discutida, ela tem de ser retirada de pauta. Essa é minha opinião e sou claro no meu posicionamento. Ou coloquemos logo esta lei em votação para que possamos derrotá-la em plenário.

Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Quero fazer o registro da presença importante do Deputado Agaciel Maia, que lidera um bloco com cinco parlamentares e já assumiu o compromisso de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

S.Exa. e o bloco derrotarão esse projeto. (Palmas.) Obrigado pela presença, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Sra. Ana Maria de Albuquerque Moreira, professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB.

SRA. ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA – Boa tarde. Agradeço ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa de Leis, Deputado Chico Vigilante. Cumprimento V.Exa. e os demais membros da Mesa.

Agradeço a oportunidade de a Faculdade de Educação estar aqui para debater, para discutir um projeto de suma importância para a educação brasileira.

Estou representando a Diretora da Faculdade, Professora Lívia Fonseca Borges, e me comprometo a levar esse tema à Faculdade de Educação, solicitando ao conselho da faculdade um posicionamento sobre a tramitação e o teor desse projeto de lei que passa despercebido. É de muita importância discutir esses assuntos.

Eu não tenho grande fala, só alguns comentários. Acho que é mais interessante a discussão. Li o projeto, retomei o inciso II, do art. 206, da Constituição, e marquei só alguns pontos para discutir, como a questão da educação para o exercício da cidadania, gestão democrática e autonomia da escola. Aí, eu falo no meu lugar de atuação no planejamento de política de administração, planejamento de gestão educacional. Falo desse lugar e que são pontos que nos são muito caros: educação para o exercício da cidadania, gestão democrática e autonomia da escola. E são questões que estão presentes na Constituição não apenas no art. 206. A gente começa pelo art. 205, quando vai falar da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. São questões que não aparecem à toa na Constituição Federal. Em um momento histórico, em que o Brasil retoma o seu processo democrático, retoma uma sociedade democrática, nós retomamos o Estado Democrático de Direito, questões extremamente importantes de estarem presentes na Constituição em um momento histórico.

Da Constituição de 1988 para cá, avançamos nesse sentido. Árduo, longo e doloroso processo de se avançar em uma sociedade democrática, mas extremamente importante. Que esses princípios estejam presentes! A história não anda para trás, vamos lembrar disso. E, aí, destaco que a educação não acontece só na escola, ela se dá em diferentes momentos e em diferentes espaços. Aqui, estamos falando da educação escolar, e essa educação, sim, como os demais momentos em que se aprende, em que se forma uma sociedade, deve acontecer de acordo com esses princípios do art. 206: a igualdade de condições, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Ressalta-se também o inciso VI, do art. 206, que vai falar da gestão democrática do ensino público na forma da lei. Aspectos que são retomados também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nossa lei maior de orientação para a educação. A lei reafirma a educação por exercício da cidadania, essa educação que ocorre nos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, na relação da escola com a sociedade, na vida política, social e cultural.

Disciplinando a educação escolar que visa ao mundo do trabalho e à prática social. A educação assim será ministrada. A LDB retoma princípios importantes, como: igualdades de condições para o acesso e permanência; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância.

O Inciso VIII – não vou discorrer sobre todos –, também reafirma a gestão democrática do ensino público na forma desta lei e na legislação dos sistemas de ensino. E, aí – extremamente importante –, o Distrito Federal tem uma legislação sobre a gestão democrática da educação: a Lei nº 4.751, de fevereiro de 2012, que vai falar sobre a gestão democrática no ensino público. No art. 2º, inciso II, sobre o respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública, aos direitos humanos em todas as instâncias da rede pública de ensino do Distrito Federal.

São princípios fundamentais debatidos, pelos quais se luta no Brasil desde 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Uma escola pública, laica e gratuita. Uma escola que forma para a cidadania e que inclui uma dimensão política.

Argumentar por uma neutralidade política não reconhece a importância dessa dimensão na formação dos alunos. Não existe neutralidade política. (Palmas.) É impossível falar em neutralidade política.

Há alguns comentários que eu acho importantes. Já vou concluindo o meu breve comentário, mas podemos retomar a fala – não é, Deputado? – ao longo da discussão. Há algumas questões. Quando eu leio o projeto, penso não apenas nele, mas no contexto maior em que vivemos, na importância de se ter um Plano Distrital de Educação. Quando nada acontece na direção de se avançar na democratização do acesso, vamos dar um passo para trás, calando aqueles que estão na escola? Eu me questiono sobre isso. Que avanço é esse, quando não estamos conseguindo construir um Plano Nacional de Educação e avançar realmente nele? Esta Casa deu um grande passo ao aprovar um Plano Distrital de Educação. Vamos lutar pelo que é mais importante para a educação no Distrito Federal.

Questiono também se a articulação da escola com a sociedade, na formação dos alunos para participação na sociedade, inclui uma dimensão política. Quando se diz não ideologização, isso é uma ideologia. Que ideologia é essa que está presente quando se fala de uma suposta neutralidade política? É para isso que temos de ter os olhos bem abertos e escutar muito bem também. Que ideologia é essa que está presente? É isso o que queremos para a sociedade brasileira?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Regular a fala, regular comportamentos, discussões, aquilo que é feito na escola. Vamos pensar no dia a dia, na sala de aula, na escola. Quem fará esse papel? Quem é o fiscal da sala de aula? Quando temos uma legislação tão importante para a gestão democrática, falamos na autonomia da escola? Muito cuidado, porque, quando tratamos de controle, regulação, retomamos as relações de poder muito fortemente dentro da escola. Quem fará esse papel? Quem fiscalizará? Quem fará essa regulamentação? Isso é uma hierarquia vertical extremamente forte. Em uma gestão democrática, não rompemos autoridade, não rompemos respeito, pelo contrário, fundamentamos respeito, fundamentamos autoridade, mas em relações mais horizontais. Tenho muita preocupação com isso.

Por último, ao ler a lei, achei muito interessante o que o Deputado Chico Vigilante disse: sala de aula é um território sagrado dos docentes e dos alunos. Leio e releio a lei e vejo que ela fala muito no papel do professor em uma posição unilateral, no processo ensino/aprendizagem. E os alunos? Os alunos pensam. Vocês chegam à escola. Felizmente, vocês chegam. Felizmente, temos grêmio hoje. Felizmente, temos alunos que pensam, aprendem e trazem posições próprias.

Os alunos não chegam vazios, neutros à escola e vão apenas receber o que o professor fala. Os alunos chegam pensando, com posições, com ideias, e isso precisa ser respeitado. Falar em um projeto que controla o professor e diz que o aluno está ali como um ponto mais fraco é reconhecer que o aluno não tem posição, e isso não representa o que é a escola brasileira hoje, o que estamos evoluindo em termos de gestão democrática, em uma escola que precisa, sim, reconhecer esses dois importantes atores no processo ensino/aprendizagem e também os gestores, coordenadores, todos aqueles que vivem o chão da escola.

Política não é necessariamente levantar bandeiras por partidos, mas cada um tem o direito de ter o seu partido. Dizer que é neutro não é olhar a realidade. O respeito às diferenças se dá primeiramente pelo reconhecimento de que elas existem. Eu não posso dizer que não existem diferenças. Sim, elas existem e, em uma sociedade democrática, são reconhecidas, discutidas e respeitadas.

Paro por aqui. Agradeço e espero aprender muito hoje. Muito obrigada a vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, professora Ana Maria. A senhora deu uma contribuição importantíssima para esse debate no dia de hoje. Inclusive, eu devo dizer que toda a sessão está sendo gravada, e nós vamos transformá-la em vídeo e disponibilizá-la para os participantes, vamos jogá-la nos nossos canais, *facebook*, *youtube*, para que a sociedade tome conhecimento do que aconteceu aqui no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes, Sr. André João Costa. Você terá até 10 minutos, André.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

SR. ANDRÉ JOÃO COSTA – Primeiro, boa tarde a todo mundo. Acho que esta é minha última fala aqui como Vice-Presidente Regional da UNE. Primeiro, eu quero agradecer ao Deputado e a todos da Mesa, especialmente ao Sindicato dos Professores, grande parceiro dos estudantes nas nossas lutas. Quero agradecer aos estudantes que compareceram também. Acho que a presença de vocês é muito importante.

Eu queria falar o seguinte: acho que esse projeto, como o Deputado falou, não deveria nem estar tramitando aqui. E o nome: Programa Escola sem Partido acho que poderia ser mudado para Escola da Ditadura Militar, porque, pelo menos no meu entender, na época em que teve essa proibição de ideologia, de você poder se manifestar, de a UNE estar na clandestinidade, da Ubes estar na clandestinidade, foi no período da ditadura militar. Então, eu acho que esse projeto que está tramitando na Casa é muito perigoso.

Eu acho que a gente poderia debater outras coisas aqui na Casa. A nossa educação poderia avançar mais ainda. Como a gente faz para avançar o nosso ensino técnico, o nosso ensino técnico estadual, que sempre está em dificuldade, os CEPs – Centros de Educação Profissional, a universidade distrital? Eu acho que este é o ambiente para a gente olhar mais para frente e não para ter uma discussão dessa. Falo isso porque a UNE tem grande moral para dizer, para defender a questão da pluralidade. O congresso da UNE foi agora em junho e teve a participação de mais de 37 correntes diferentes de pensamento da sociedade. Então, você encontra na UNE galera tanto da extrema esquerda quanto da extrema direita, até quem não tem partido, quem é anarquista, não se organiza, mas acha que a UNE é importante. A UNE tem a composição de todo mundo. No seu congresso, mais de 98% das instituições de ensino participaram. Então, a gente fala com grande propriedade.

Já dizia Paulo Freire: “Não é possível uma linguagem sem ideologia.” Então, hoje, Paulo Freire e outros educadores nossos estão se remoendo no túmulo com essa questão. Acho que o projeto em si também já tem uma contradição muito grande porque ele fala de pluralismo de ideias no ambiente acadêmico. Como você quer falar em pluralismo se você já exclui a ideologia? O primeiro artigo aqui já deixa muito contraditório esse projeto.

Esse projeto também visa acabar com a organização dos estudantes, o maior meio que os estudantes têm de se expressar, de conquistar as suas reivindicações. Inclusive, a gente lutou muito com os professores no Plano Nacional de Educação através de mobilizações, através de passeatas. Foi assim que a gente conquistou o passe livre estudantil. Foi assim que a gente conquistou a gestão democrática das escolas públicas, com diversos debates junto com o sindicato dos professores. Então, se a gente não puder fazer isso, a gente está aqui decretando a falência das entidades estudantis. Eu queria dizer, Deputado, que, no dia da votação, como um símbolo disso, vamos fazer uma passeata, podem ter certeza, vamos encher esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Casa aqui de estudantes. Nós não vamos aceitar esse projeto que visa tirar a democracia das escolas.

Se aprovamos uma gestão democrática, que foi construída com debate em diversas escolas, acho que não faz sentido termos uma lei dessa. Já é garantida essa livre organização, está no ECA que os estudantes podem organizar os grêmios estudantis. Uma lei do Distrito Federal já garante a organização dos grêmios estudantis, há uma lei federal, e está na Constituição a livre organização dos estudantes.

Entendemos que isso seria muito ruim também, porque hoje, dentro do próprio movimento estudantil, dentro dessa nossa luta pela educação aqui no Distrito Federal, temos um grande símbolo, que é o Honestino Guimarães, que foi estudante do Elefante Branco, do Caseb e do DCE da UnB. Essa lei seria como proibir falarmos sobre o Honestino Guimarães, o grande símbolo da juventude do Distrito Federal. Temos diversas homenagens na nossa cidade, e vamos proibir de se falar do Honestino Guimarães nas escolas.

Então, Deputados, acho que é muito importante que barremos esse projeto, uma total falta de liberdade, que vai contra a pluralidade. Eu não vejo em nenhuma escola o que dizem aqui, que tem professor querendo impor ideologia e tal. Quem fez esse projeto aqui nunca pisou na vida numa escola pública, vamos ser sinceros. (Palmas.) Eu nunca vi um professor falando: “Não, aqui todo aluno vai ter que ser do partido a. Para vocês passarem aqui na minha disciplina, vocês vão ter que ser do partido b, vão ter que ser contrários a isso”.

Essa questão também exclui o debate da sociedade, porque a escola é o espaço do debate, senão o aluno vai levar como verdade tudo que a mídia falar. Quer dizer, se a mídia plantar uma notícia sobre um fato histórico, um professor, na sua sala de aula, não poderá rebater isso? Ele não poderá fazer com que o estudante tenha outro pensamento?

Temos que aproveitar o espaço desta Casa para avançar no debate da universidade distrital, acho que realmente estamos precisando disso. Estamos travando também um debate na UNE – União Nacional dos Estudantes – e na UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – sobre a questão da redução da maioria penal, à qual somos totalmente contrários. Uma das soluções que apontamos é termos mais investimentos na educação, mais debate, mais esporte. É muito importante que esses jovens também venham a ter educação. Sabemos também como é o preconceito, um jovem que sai do presídio dificilmente vai arrumar um emprego. Se o cara fica lá só no ócio, sem algo para aprender, alguma profissão, ele não vai mudar e vai acabar cometendo algum crime de novo.

É isso, gente, obrigado pelo espaço. Vamos à luta porque nós não vamos aceitar aqui esse programa da escola da ditadura militar.

Obrigado. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Leonardo.

Agora, nós vamos proceder da seguinte maneira. Nós precisamos efetivamente do compromisso dos Deputados. O Deputado vir aqui assumir de viva voz o compromisso contra esse projeto é importantíssimo. Eu vou fazer agora um processo de intercalação, vai falar uma pessoa da Mesa, em seguida um Deputado, depois outra pessoa da Mesa, e assim por diante. No final da Mesa, para depois que todos falarem, já temos quinze pessoas inscritas que também falarão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para uma saudação breve e para V.Exa. expressar o seu compromisso contra esse projeto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero, inicialmente, parabenizar os Deputados Chico Vigilante, Prof. Reginaldo Veras e Israel Batista pela iniciativa desta comissão geral. Quero cumprimentar o Sr. Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Professor Fábio Pereira de Sousa; a Sra. Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO/DF e também representante da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Professora Rosilene Corrêa; o Sr. Diretor da União dos Estudantes Secundaristas no Distrito Federal – UES/DF, Leonardo Matheus; o Sr. Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes, André João Costa; e a Sra. Professora do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UnB, Ana Maria de Albuquerque Moreira.

A convite do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Prof. Israel e do Deputado Prof. Reginaldo Veras, como Líder do Bloco Força do Trabalho, que representa cinco Deputados, Líder da Maioria nesta Casa e Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e ainda na condição de professor, eu não poderia deixar de vir aqui me manifestar a respeito do tema. Quero parabenizar os nobres Deputados pela iniciativa de realização desta importante comissão geral.

O que devemos entender por liberdade de ensinar? Qual a relação entre a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender? Para responder a estas questões, temos que tomar como ponto de referência o inciso II do artigo 206 da Constituição de 1988, que se volta ao princípio de liberdade. No primeiro instante, pode-se levantar a questão do sentido de liberdade atribuído a esse artigo.

Podemos deduzir, a partir da leitura do inciso II do artigo 206 da Constituição Federal, Deputado Chico Vigilante, que se trata do reconhecimento de que, no processo de formação escolar, cabe à escola, representada por professores e alunos, principalmente estes, a decisão de agir segundo a sua própria proposta pedagógica.

As instituições podem assegurar a ação pedagógica ou o agir educacional do professor, no âmbito da educação escolar, respeitando suas metodologias próprias e diretivas segundo a orientação de sua educação superior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

O que garante a liberdade de ensinar do professor é o respeito da escola à atitude pedagógica, o discernimento. Quem define o caminho a percorrer em sala para fazer aprender é o professor.

São quatro formas de liberdades pedagógicas: a primeira é a liberdade de aprender, a segunda é a liberdade de ensinar, a terceira é a liberdade de pesquisar, e a quarta é a liberdade de divulgar.

Cabe às instituições de ensino o reconhecimento de que o processo de formação escolar se dá fundamentalmente com a liberdade de aprender. Nesse princípio, fica claro que aprender é mais importante do que ensinar.

Aprender deve resultar de uma condição de liberdade de escolha e do reconhecimento das potencialidades que caracterizam as pessoas na sua essência. Dar liberdade para aprender significa o reconhecimento do efetivo exercício da potencialidade do aluno. A liberdade de aprender se manifesta pelo reconhecimento de que a aprendizagem resulta de condicionamentos, implicações e consequências individuais. Por isso, quem tem liberdade tem o poder de conservar condicionamentos ou transformá-los em benefício de uma assimilação ativa da essência do aprender.

A aprendizagem do aluno depende da liberdade de ensinar do professor. Assim, a liberdade de ensinar reside fundamentalmente na liberdade de pensamento e do fazer aprender, de modo a externar, sem qualquer inspeção policialista da escola, os modelos pedagógicos mais adequados para o trabalho com os alunos. Mas cabe ao professor conhecer as diferenças pedagógicas e métodos para fazer, nas diferentes situações, a escolha do modelo mais apropriado para o ensino.

Ter liberdade de ensinar é ter a liberdade de escolher o que se considera melhor para seus educandos. Quando respeitamos a liberdade dos agentes da escola de divulgarem suas artes, passamos a valorizar a capacidade criadora dos artistas emergentes naquela escola.

Por isso, precisamos tomar cuidado para não atentarmos contra a democracia e o direito de livre pensamento e deformarmos a prática pedagógica nas salas de aula. É importante salientar, senhoras e senhores, que a escola é um espaço para a discussão de ideias e para a construção de conhecimentos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Agaciel Maia.

Peço a V.Exa. que deixe o seu pronunciamento, porque nós vamos divulgá-lo em todos os meios possíveis. Creio que as entidades sindicais e estudantis também terão interesse em fazer a divulgação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Concedo a palavra ao Sr. Leonardo Matheus, Presidente da União dos Estudantes Secundaristas do DF – UESDF.

SR. LEONARDO MATHEUS – Boa tarde. Eu gostaria, primeiramente, de saudá-los e agradecer por este espaço, um espaço muito democrático, Chico. Eu acho que, sempre que vocês colocam o jovem para falar, vocês estão provando que a democracia existe, sim. Eu gostaria de saudá-los e agradecer por este espaço, saudar os Deputados, saudar o Sinpro, que sempre esteve presente na luta com os estudantes, saudar os estudantes aqui presentes e mandar um grande abraço para o pessoal do CEDLAN – Centro Educacional do Lago Norte, combativo, que está com a gente o tempo inteiro na luta. Quero fazer uma saudação às entidades, à UNE, à UBES, à UESDF, que também está aqui presente. O pessoal da UESDF lá do Gama também está ali atrás. É isso aí, gente, a luta é sempre com todos juntos.

Sabe, houve um momento na nossa história brasileira em que basicamente o que está colocado nesse projeto aconteceu de fato – um projeto que defende o pluralismo de ideias, só que, na verdade, o que aconteceu nesse período da nossa história, da ditadura militar, foi a falta do pluralismo de ideias. O que acontecia na verdade era a repressão de ideias. Foi um momento em que aquele jovem que tivesse uma ideia contrária ao sistema que estava imposto, no caso a ditadura militar, era perseguido, era torturado, era assassinado.

O André falou do Honestino Guimarães. O Honestino que estudou no Elefante Branco e foi do grêmio daquela escola. Eu também fui do grêmio. Orgulho-me muito em dizer que fui do grêmio do Elefante Branco, o grêmio que teve o Honestino. O Honestino Guimarães, em 1972, foi eleito presidente da UNE. Em 1973, saiu de casa para dar uma volta na praia e nunca mais voltou. O Honestino, provavelmente, foi torturado até a morte ou foi morto. O que se sabe é que Honestino desapareceu no calabouço da ditadura. Então, houve um momento da História brasileira em que a democracia não foi respeitada. Ela foi ferida, ferida a facadas.

Eu acho engraçado – eu escrevi sobre isso nesta semana – que o brasileiro, em momentos como esse, sempre mostra que é um povo de luta, um povo unido, um povo que jamais vai aceitar ter sua boca calada por mordanças. Haja vista a gente ter tido uma grande mobilização, na época da ditadura militar, da UNE e da UBES. Jovens, mesmo com ameaças de morte, ameaças à sua família, ameaças a pessoas de que gostavam, continuaram na luta, continuaram fazendo protestos, organizando debates e conseguiram vencer o que foi esse momento escuro da nossa democracia, a ditadura militar.

Gostaria aqui de saudar também, além de Honestino, o Edson Luís, que foi assassinado no calabouço de um restaurante. Por causa da morte de Edson Luís, a UNE e a UBES, com a conscientização popular, conseguiram fazer a Passeata dos Cem Mil, que foi uma das passeatas que conseguiu chamar mais pessoas para as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

ruas. Então, foi um momento em que a gente mostrou que o Brasil se solidarizava com a causa dos estudantes.

A gente sempre teve, com a Ubes, com a UNE, mobilizações a favor da sociedade brasileira. Contra a Ditadura Militar, nas Diretas Já; depois tivemos uma luta incessante no Fora Collor, quando os estudantes se mobilizaram e conseguiram derrubar um presidente que estava ferindo também a democracia do povo; depois tivemos uma luta muito incessante pelo voto aos 16 anos, e foi conquistada com muita luta, pela Ubes, pela UNE. E agora, nos últimos anos, tivemos uma luta que não parou em nenhum momento, que foi por mais investimentos na educação. E essas lutas só se deram porque a gente tem hoje a liberdade de poder se expressar. Porém, neste texto aqui, a gente vê claramente que estão querendo acabar com essas liberdades. Este projeto de lei não está sendo à toa chamado de lei da mordaca! Ele está sendo chamado de lei da mordaca porque o que ele quer fazer é impedir que vocês estejam aí onde estão. Esse projeto quer impedir que os estudantes estejam na Casa do Povo e que tenham o direito de poder dizer: não queremos isso ou sim, queremos isso.

Então, por isso é muito importante a organização do movimento estudantil, junto com os professores, junto com os Deputados para se organizarem a fim de barrar esse projeto, porque ele fere a democracia brasileira. Ele vem com essa desculpa de pluralismo de ideias, mas, ao mesmo tempo, ele fala que o professor não pode cooptá-los para correntes político-partidárias, não pode adotar livro didático que tenha esse objetivo. Eu fico imaginando: se um projeto desse passa, a gente proíbe Paulo Freire nas escolas, a gente proíbe Darcy Ribeiro nas escolas. Por isso, acho muito importante a sociedade estar organizada e muito presente aqui com os Deputados, Chico.

Também uma das lutas de que eu não falei e que está sendo travada agora, neste momento... E gostaria de saudar a Ubes, a UNE também, a OS-DF. Agora, estudantes estão fazendo *blitz* no Congresso Nacional contra a redução da maioria penal, que é algo que está tentando ser passado e que fere a democracia também. A partir do momento em que a gente diz que quer se reduzir a maioria penal porque a culpa é do jovem, de ele cometer o crime, a gente está tirando a responsabilidade do Estado. Uma responsabilidade de um Estado que não discute o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente há muito tempo e que não cumpre o ECA também. Então, acho que neste momento a gente tem que também saudar esses jovens que estão lá no Congresso Nacional, o pessoal da UNE e da Ubes, fazendo *blitz* e convencendo os Deputados de que a redução não é a solução.

Chico, eu sinto que pelo Brasil inteiro, e posso dizer isso sem medo, o que está acontecendo, na minha opinião, é que estão tentando constitucionalizar um golpe à democracia, porque esse projeto que está tentando ser passado aqui não está tentando ser passado somente aqui em Brasília, ele está sendo discutido também no Rio Grande do Sul, em Goiás, no Mato Grosso, está sendo discutido no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Brasil inteiro. Em todos os lugares! Então, o que está acontecendo é uma tentativa de constitucionalizar um golpe à democracia, de se acabar com a democracia brasileira. E por isso nós estudantes temos que estar o tempo inteiro atentos.

E aí o André falou para mim, e na minha opinião é a coisa que eu acho mais sensacional. Ele disse que a gente sabe combater isso. Ao longo da história, combatemos isso principalmente com isso aqui. Para quem não sabe, essa aqui é a cartilha de grêmios da Ubes. São os grêmios estudantis, os DCEs, as entidades de base, que, ao longo da história, organizaram as maiores passeatas junto com as entidades nacionais para conseguir garantir que a democracia brasileira fosse respeitada.

Eu gostaria até, Chico, de deixar aqui como presente para você a nossa cartilha de grêmios da Ubes, porque a nossa cartilha mostra que a lei do grêmio existe e que está aí para os estudantes se organizarem. E nada pode dizer para os estudantes, nada pode dizer a vocês que vocês não têm o direito de organização, porque vocês têm o direito de organização e de revolucionar a sociedade de vocês. Isso é um direito! Eu acho que até é um dever de cada indivíduo mudar o meio em que vive. Isso não é somente um ato político, é um ato de amor. Eu gostaria muito de parabenizar todos vocês que estão aqui.

Eu gostaria de deixar bem claro o posicionamento da Ubes, da UNE, e eu acho que das OS-DF, de que, se houver atentado contra a democracia nesse projeto de lei, nós vamos bater do lado contrário. Só que a gente não bate com vandalismo, não, a gente bate com passeatas, com atos de amor, com atos culturais.

E eu posso garantir, com certeza, que no dia da votação desse projeto, Chico, vamos colocar muitos estudantes aqui na frente, vamos fazer barulho, vamos fazer o que fazemos de melhor, que é garantir que a democracia brasileira seja respeitada pela voz do povo. E eu não tenho medo nenhum de dizer que a voz do povo está na voz dos estudantes, na voz da juventude. Não tenho medo nenhum de dizer, porque eu me sinto um representante do povo ao poder falar aqui. E sinto que todos vocês que estão aqui também são representantes do povo, porque vocês se interessam pelo que está acontecendo aqui, vocês vêm aqui para expor a opinião de vocês. Isso é sensacional, isso é lindo!

Ah, eu gostaria de dizer uma coisa: esses momentos na história sempre acontecem, momentos de acirramento da luta são comuns e, quando acontecem, vemos uma ofensiva contra a democracia.

Tem um cara brasileiro sensacional, inclusive ele é o patrono da entidade da qual faço parte, a UJS, é o Castro Alves. Num poema dele, ele fala o seguinte: "Toda noite – tem auroras, raios – toda escuridão, moços, creiamos, não tarda a aurora da redenção". Significa que não tarda o momento em que a sociedade brasileira vai conseguir garantir que todas as nossas vozes sejam ouvidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Tenho certeza de que os Deputados presentes estão abertos para escutar a juventude brasileira, abertos a ter diálogo com as entidades, tenho certeza disso. O Deputado Prof. Israel já chamou a gente aqui outras vezes.

Para terminar, eu gostaria de deixar uma citação do Honestino Guimarães – posso dizer que ele é o meu herói favorito. Ele tem uma frase que é muito bonita que diz: “Podem nos prender, podem nos matar, mas um dia voltaremos e seremos milhões”. E já somos. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero agradecer a colaboração trazida, na tarde de hoje, pelo Leonardo Matheus, dirigente da União dos Estudantes Secundaristas do DF.

Quero registrar a presença dos estudantes secundaristas aqui nas galerias, sejam bem-vindos a esta Casa.

Registro a presença do Deputado Julio Cesar, Líder do Governo nesta Casa, um Deputado importante e que está coordenando o projeto Cidadãos do Futuro. E hoje ele trouxe os estudantes do CEF 1, da Vila Planalto. Eles estão visitando a Casa. Portanto V.Exa. está de parabéns, Deputado Julio Cesar.

Devo alertar que, se esse projeto já tivesse virado lei, essas crianças não poderiam estar aqui hoje. Felizmente o projeto não existe, e eles estão aqui. Portanto, V.Exa. está de parabéns, Deputado Julio Cesar, por esse trabalho. É exatamente isso que deve ser feito. Essas crianças de escola pública, bonitas, participando aqui de uma tarde tão importante, uma tarde tão maravilhosa. Parabéns, Deputado Julio Cesar, parabéns aos diretores, aos monitores e a todo o corpo diretivo dessa escola.

Quero registrar a presença do Deputado Lira. O Deputado Juarezão também já passou por aqui. O Deputado Lira tem uma peculiaridade, ele é monarquista, mas vai ficar contra essa lei.

Passo a palavra ao Deputado Prof. Israel para uma saudação.

Em seguida, voltaremos à intercalação com a Mesa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Quero cumprimentar as senhoras e os senhores com um boa-tarde. Quero cumprimentar o nosso Presidente da Mesa, Deputado Chico Vigilante, muito obrigado e parabéns pela metodologia. Acho que é bom fazer essa intervenção casada da Mesa e dos participantes.

Quero cumprimentar a galera do Grêmio Estudantil do Centro Educacional do Lago Norte – CEDLAN, que está aí sempre na luta; o pessoal do CEF 1, essa criançada que nos acompanha nesta sessão. Cumprimento os representantes estudantis, nossos grandes amigos queridos da Ubes. Nosso querido Leonardo e João, que está ali. Cumprimento o Sinpro na pessoa da Professora Rosilene.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Prof. Israel, só um instante. O Deputado Lira vai ter que sair, mas S.Exa. fez questão de vir à Mesa. S.Exa. está assumindo o compromisso de votar contra o projeto. Portanto, está de parabéns o Deputado Lira por assumir esse compromisso. E não esperávamos outra coisa de um democrata a não ser o compromisso que o Deputado Lira assume aqui.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Obrigado, Deputado Lira, excelente notícia, muito importante para nós.

Quero cumprimentar a Rosilene, do Sinpro. Quero cumprimentar meu amigo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tem empunhado essa luta com tanta força, com tanta lucidez. E cumprimentar o meu amigo mais sofredor desta Mesa, que é o Fábio, que aguenta tudo e que sempre tenta resolver as situações. Parabéns, Fábio, você é uma pessoa excepcional!

Pessoal, eu fico pensando que nem a ditadura calou os professores, imagina um projeto de lei como esses?

Eu fiz questão de trazer aqui, ponto a ponto, os principais artigos desse projeto. Primeiro, eu ressalto... Eu esqueci de cumprimentar a querida professora que fez um excelente pronunciamento, Professora Ana Maria, desculpe-me.

Eu vou destacar os artigos e nós vamos ver que sandice esse projeto significa na nossa história. No artigo 1º, ele diz: "Fica criado no âmbito do Sistema de Ensino do Distrito Federal o Programa Escola sem Partido". Primeiro, o nome do programa é o nome de uma ONG. Que coisa mais esquisita, para começar. "Atendidos os seguintes princípios"... E aí eu destaco o princípio número um: "neutralidade político-partidária, ideológica e religiosa do Estado". Que confusão absurda que nos demonstra a necessidade de mais cultura nesse País. Faz uma confusão enorme. A neutralidade do Estado já está garantida pela Constituição. No entanto, isso não pode se aplicar ao processo educativo, Deputado Wasny de Roure, porque o processo educativo envolve seres humanos. E Aristóteles já dizia há dois milênios que o homem é um animal político. Então, é preciso parar de fazer confusão entre Estado e processo educativo. Todos concordamos que o Estado deve ser neutro.

Para piorar tudo isso, se contrapõe à Lei de Diretrizes Básicas no inciso II do art. 3º, que garante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar cultura, pensamento, arte e saber. O que mais me preocupa desse artigo 1º, professora Ana Maria, é que me parece... E aqui é falta de cultura nesse País, já que muitos assuntos aqui poderiam ser resolvidos com Ensino Médio de qualidade. Eu fico impressionado com isso. Educação Básica de qualidade seria o suficiente para matar metade dos problemas desse País, como racismo, preconceito, homofobia e tantos outros problemas que existem. Mas aqui o projeto parece querer restaurar o positivismo do século XIX, que foi a última corrente de pensamento a defender a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

neutralidade do cientista, do pesquisador, do professor. Só que o positivismo já foi ultrapassado. Há mais de um século o positivismo foi ultrapassado porque descobriu-se que é um mito, criado pela extrema direita, essa ideia de que é possível que um ser humano seja neutro. E quando eu, Deputado Prof. Israel, entro na minha aula de história, eu entro por inteiro. E até a maneira de falar e de me vestir demonstra o que eu sou. Então, não é possível separar essas coisas. Aquela confusão muito primária, eu percebo.

Bom lembrar que esse mito da neutralidade, no fundo, serve a ideologias que estão escondidas. E que talvez fosse melhor sempre declararmos nossas ideologias.

No artigo 2º, eles dizem no projeto: “São vedadas em sala de aula a prática de doutrinação político-partidária ideológica, bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”. Esta ideia é repetida no inciso VII do artigo 1º; e nos incisos II e V do artigo 3º, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

O que é doutrinação político-ideológica? Primeiro temos que explicar o que é isso. Os dispositivos em questão, além de vagos, indeterminados, obscuros, querem amordçar os professores impedindo-os de ensinar as correntes político-ideológicas existentes no mundo e no Estado brasileiro. Como ensinar aos estudantes sobre as origens do Universo, a evolução das espécies sob a ótica da ciência se não será permitido lecionar conteúdo que possa entrar em conflito com as convicções religiosas dos pais que podem, por exemplo, acreditar no criacionismo?

Eu, como professor de história, me declaro incapaz de obedecer essa lei caso ela seja aprovada.

No artigo 3º, o projeto de lei diz: “No exercício das suas funções o professor não se utilizará da inexperiência, da falta de conhecimento ou imaturidade dos alunos com o objetivo de cooptá-los para determinada corrente político-partidária nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo”. O conteúdo desse artigo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, se repete no inciso V do artigo 1º também.

Nunca ouvi falar que professor coopta aluno no exercício da sua função! Cooptação, de acordo com o dicionário da língua portuguesa, significa atrair ou aliciar, prática totalmente oposta ao processo educativo. O professor apresenta teses, ele as debate em sala de aula a fim de estimular o senso crítico dos estudantes. Mas o que mais me chamou atenção no uso dessa palavra, na escrita do art. 3º – e como bom professor de História que pelo menos julgo ser fui investigar as leis da ditadura militar, Deputado Chico Vigilante –, foi o fato de, para meu espanto, o artigo ser cópia inequívoca de um dos artigos da Lei de Segurança Nacional imposta pela Ditadura Militar em 1967! A única mudança é na palavra “cooptar”,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

porque na Lei de Segurança Nacional de 1967 eles usam o termo “aliciar”. Mas o dicionário diz que os termos são sinônimos! (Palmas.)

Ainda questiono esse art. 3º perguntando: onde está o dado que expõe o número de alunos que, doutrinados pelos seus professores, ingressaram nas filas dos partidos políticos brasileiros? Cadê a pesquisa que mostra isso? Nós estamos numa Casa de Leis, esta é uma Casa séria! Pergunto isso ao Dr. Nagib, que tem defendido isso nacionalmente, e ao Deputado Izalci, que apresentou esse projeto na Câmara dos Deputados. Essa informação nunca foi medida e esse projeto de lei é um desrespeito à autonomia do professor. Para justificar um PL como esse, no mínimo seria necessária a apresentação de dados relevantes sobre esse tema.

Avaliando também o inciso III do art. 3º, que diz: “Não se fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. Essa ideia se repete no art. 2º desse projeto de lei. O conteúdo do inciso remete a práticas cometidas na ditadura militar com o objetivo de esvaziar o pensamento político dos estudantes. As escolas são locais onde devem ser estimuladas a crítica e a reflexão. A juventude foi força motriz de grandes transformações na história da humanidade, e não é possível negligenciar os ímpetus de vontade de mudar o mundo próprios desta fase da vida e que nascem em sala de aula.

O *impeachment* nasceu nas salas de aula de professores brasileiros, a abolição da escravatura nasceu nas salas de aula por professores brasileiros, em sua maioria, e há estudos históricos que demonstram isso, em franca posição de divergência com os pais dos estudantes da época do século XIX, que eram defensores da escravocracia. Uma lei que diz que o professor não pode se chocar com o entendimento da família é uma lei que desrespeita o processo de educação, que é um processo de tese e antítese. Aqueles pais escravocratas tinham filhos liberais e abolicionistas, e isso faz parte do processo de evolução deste País! O que seria da campanha *O Petróleo É Nosso* sem a força dos estudantes e dos professores que se mobilizaram inclusive contra a imprensa nacional nos anos 50? (Palmas.)

Ainda falo sobre o art. 3º, inciso IV. A lei diz: o professor, ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. Qual será o fórum estabelecido para que o juiz julgue o que é justo e o que é injusto? Quem vai aferir a justiça nesse caso?

O processo de formação do estudante se dá em doses pilulares. Esse projeto está mirando em uma ideologia, dentre tantas que estão em nossas escolas. Não podemos negar isso, está mirando. Esse projeto tem alvo, mas acerta todo mundo. O conhecimento é feito em doses pilulares ao longo da vida escolar. O pluralismo de ideias acontece à medida que professores com diferentes correntes de pensamento lecionam para o aluno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Eu tenho um professor liberal de geografia, tenho um professor bastante esquerdista de história, e a minha professora de literatura é meio anarquista. Ao longo do processo educativo, isso se torna um caldo que faz as pessoas mais interessantes, faz as pessoas mais cultas, faz as pessoas capazes de entenderem que o mundo é cheio de divergências. (Palmas.)

O próprio uso do termo “justo” contradiz o conjunto do projeto de lei. Justiça é um conceito subjetivo, senhores. Quem vai aferir a justiça?

Para concluir, Sr. Presidente, caso esse PL seja aprovado, serão mais de 30 mil professores da rede pública em situação de grave insegurança jurídica em sala de aula, com suas condutas praticamente criminalizadas. Como terão de agir os professores? Terão de conversar com os pais de todos os alunos para entender como pensa a família de cada um deles, individualmente, para se policiar em sala sobre o que pode e o que não pode ser dito?

Eu sou incompetente para fazer isso, não dou conta. O pai denunciará o professor que não respeitar a lei? Como vão sobreviver as escolas confessionais e religiosas se essa lei for aprovada? E, para finalizar, serão colocados sensores em salas de aula? Os professores são a última fortaleza do pensamento livre e não podem sofrer mais essa violência, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Professora Ana Maria de Albuquerque Moreira pede para fazer um complemento, e eu jamais vou calar a palavra de uma mulher, muito menos de uma professora.

SRA. ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA – Obrigada, Deputado. É só um complemento. Acredito que nós viemos aqui para debater, e as ideias vão crescendo ao longo do debate.

Concordo plenamente com toda a fala e me veio outra questão. A gente discute muito público e privado na educação, alunos de escola pública e alunos de escola privada. Eu quero chamar a atenção para um ponto, se esse projeto for aprovado. Os alunos das escolas públicas terão a sua formação cerceada; os das escolas particulares, não. Os alunos das escolas particulares poderão continuar tendo contato com diferentes autores, diferentes posicionamentos.

Por que nós vamos cercear os alunos das escolas públicas? Por que vamos acentuar essa diferença? O ensino religioso, por exemplo – não sei se exatamente na data de hoje –, está sendo debatido numa ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Ele é obrigatório nas escolas públicas. Nas escolas particulares, não.

A lei já começa dizendo: “assegura, no âmbito do sistema de ensino público distrital”. Mais uma vez, ficam os alunos da rede pública reféns de decisões que contrariam benefícios da sua formação. Os alunos das escolas particulares



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

continuarão a ter aulas de História tão brilhantes, tão interessantes, e contatos com diversos autores. Por que os das escolas públicas não?

É só esse ponto. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, professora.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Professora, só para lembrar que o projeto de lei, no seu art. 4º, também ataca as escolas particulares. Ataca todo o sistema público de ensino, o que é mais grave ainda, professora.

SRA. ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA – É verdade, eu me corrijo aqui. Começa falando no sistema de ensino público, então ela é contraditória.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É mal escrito, mesmo. (Palmas.)

SRA. ANA MARIA DE ALBUQUERQUE MOREIRA – Então, piorou. Muito obrigada por chamar a atenção pelo meu erro de leitura. Eu me ative a isso, como realmente essa questão do público e privado é debatida, é contraditória. O projeto de lei é contraditório na própria natureza. Muito obrigada pela correção.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal e representante da CNTE – SINPRO/DF, Professora Rosilene Corrêa.

SRA. ROSILENE CORRÊA – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa do meu querido companheiro Deputado Chico Vigilante, sempre com toda a disposição na defesa da escola pública. Não é, Chico?

Eu não posso deixar de cumprimentar os meus colegas, e faço um cumprimento especial aos nossos estudantes que estão aqui. Nossa maior preocupação é exatamente com vocês. Quanto a nós, o máximo que nos pode acontecer é pegar uns dias de xadrez, mas depois a gente sai. Como disse o Deputado Prof. Israel, nós tivemos a oportunidade de uma escola livre. Temos que ter preocupação realmente com o futuro da nossa meninada, é isso que está em jogo neste momento.

Poderíamos fazer uma discussão muito na linha do que é legal, se é inconstitucional, se não é, mas acho que o que está em discussão aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é muito mais a nossa autonomia na prática pedagógica e o direito do saber da nossa juventude, dos nossos meninos. É essa, Fábio, a nossa preocupação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu não poderia deixar de colocar aqui algumas curiosidades, porque existe uma farsa por trás desse projeto de lei que deixa a gente meio enojada. O título do projeto de lei – escola sem partido – é uma farsa a mais descabida possível. Nas redes sociais, quando se vê no *facebook* a quem está vinculado, tem o Instituto Millenium, que eu faço questão de destacar. A Professora Adriana, que está aqui, participou lá no *facebook* e se manifestou, e é o que nós precisamos fazer talvez.

A Professora Ana Maria acabou de mencionar a escola particular. Não vamos entrar no mérito dos alunos, porque estamos discutindo quem está por trás disso e o que quer com isso. Às vezes, a gente acha que é apenas fundamentalismo, mas vivemos numa sociedade absolutamente capitalista e, por trás de tudo e nas entrelinhas, há interesses também muito capitalistas.

Faço questão de ler para vocês quem são as pessoas, os parceiros do Instituto Millenium. Alguns eu anotei aqui: Armínio Fraga, Gustavo Franco, João Roberto Marinho, Jorge Gerdau, Judith Brito, que é do grupo Folha, Pedro Bial. Esses são alguns. Curiosamente recebe também doações do grupo Abril, do jornal *O Estado de S. Paulo*, do grupo RBS, afiliado da Globo no Rio Grande do Sul, e a maior universidade privada do Brasil, a Estácio de Sá, que é uma das colaboradoras do Instituto Millenium.

Será que isso é por acaso? Será que querem fazer isso com a nossa educação e com a nossa juventude por acaso? Ou é porque querem uma educação que venha simplesmente atender uma demanda de mercado? Para continuar sendo a escola que atenda aqueles que sempre estiveram dominando, querem combater essa escola.

E tem uma curiosidade também. A blogueira cubana, aquela anticastista, Yoani Sánchez, também é uma das colaboradoras do Instituto Millenium. Isso é só uma curiosidade para vermos com quem estamos lidando e quem está por trás disso. Não vou nem falar dos outros que estão o tempo todo debatendo, que todos conhecem muito bem.

Nós iniciamos este ano com muitos problemas. A nossa categoria, a educação, está sofrendo uma série de ataques, dificuldades, tentativas de retirada de direitos, inclusive de reajustes previstos em lei, e vamos enfrentando. De repente, podemos pelo menos fazer um debate de orçamento, de cunho financeiro e agora somos pegos de surpresa com essa tentativa, que a meu ver e, com certeza, ao ver da direção do Sinpro e da nossa categoria, não é só uma afronta, é realmente uma ameaça à educação.

Quero falar em nome da educação pública, que é a educação que nós defendemos, e entendemos a escola como um espaço mais público, não é mesmo, Deputado Prof. Israel e Deputado Prof. Reginaldo Veras? S.Exas. estavam nas escolas até outro dia e voltarão, com certeza, em algum momento. Sabemos que ali



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

lidamos com todas as diferenças. O papel da escola é exatamente este e querem tirar de nós esse espaço.

Fico pensando se essas pessoas que pararam para elaborar esse projeto têm noção do que é escola. Que escola estão propondo para nós? Por que querem oferecer esse modelo de escola? Esse também é um questionamento que precisamos fazer, por isso fiz questão de trazer aqui esses nomes que estão direta ou indiretamente relacionados. Quando foi colocado aqui que esse é um movimento nacional e com certeza deve acontecer em outros lugares do mundo. Isso vem tomando fôlego, mas também não é de se estranhar, porque se nós temos um congresso nacional que está prestes a aprovar a redução da maioridade penal, esse é o modelo que temos hoje no Parlamento, infelizmente.

Estamos visitando os gabinetes nesta semana e esperamos realmente que deputados e deputadas desta Casa assumam de fato o seu papel. Eu gostaria muito de estar aqui hoje debatendo formas de fazer com que a gestão democrática de fato aconteça nas escolas. Era para isso que deveríamos estar aqui hoje reunidos. Já temos uma lei que deveria garantir que a comunidade escolar definisse que escola ela quer. Que escola eu quero para mim, que escola eu quero para os meus filhos e que escola eu quero como profissional? Parece-me que a preocupação de alguns é outra, não é a de defender a escola pública ou o direito de aprender e o de ensinar. Tudo isso está sendo colocado sob ameaça.

Nós gostaríamos de discutir nesta Casa melhorias nas nossas escolas. Não vou nem falar de melhoria de salário de professor, pois esse debate vamos fazer depois, no Buriti. A responsabilidade desta Casa é debater e buscar melhores condições para as nossas escolas para que os nossos alunos saiam de lá em condições de enfrentar, sim, o mercado de trabalho, mas também com a capacidade de compreensão do mundo, com a capacidade de respeitar, de conviver com as diferenças.

Infelizmente, perdemos a oportunidade também de mais avanços com o nosso PDE e temos de empenhar forças agora para fazer com que o PNE seja realmente implementado. O PDE foi publicado no Diário Oficial hoje. Temos de centrar forças para que nós tenhamos uma educação cada vez melhor e não termos retrocesso porque o que se aponta com esse projeto eu nem chamaria de retrocesso, mas, sim, de uma destruição.

Fiquei aqui pensando: imagino que Darcy Ribeiro e Paulo Freire devem estar se revirando, mas com certeza Hitler e Mussolini estão em festa, porque isso é fascismo. Não estou aqui acusando nenhum deputado ou nenhuma deputada de fascista, mas o conteúdo desse projeto é fascismo puro, e nós não podemos permitir que isso aconteça em pleno século XXI. Não deixaremos que ninguém venha meter a mão na educação que é nossa, que é do povo brasileiro. Não vamos admitir que deputado ou deputada que nunca colocaram os pés na escola pública, nem para dar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

aulas nem como alunos talvez, venham agora discutir por nós. Tenho certeza de que não tiveram respeito de convidar nenhum professor, nenhum aluno para fazer o debate de qual modelo de escola ou qual modelo de educação queremos. Por mais que tenham sido eleitos por milhares de votos, não têm o direito de decidir o que eu posso, o que eu devo ensinar e o que a nossa juventude deve aprender. Isso cabe a nós, a qualquer cidadão e a qualquer cidadã. Não é exclusividade de parlamentar nenhum definir os rumos da educação dessa forma e ainda criminalizar a nossa prática, porque é isso o que estão fazendo.

Nós corremos o risco, Deputado Chico Vigilante, de estarmos em uma sala de aula e – dependendo do que o meu aluno, o diretor da escola ou o pai entendam do conteúdo que eu esteja trabalhando – eu já sair de lá com um processo aberto ou qualquer coisa assim. Ainda que não seja essa a intenção do autor da lei, pode ser essa a prática, Fábio. Nós sabemos disso. Nós sabemos como são as relações de poder dentro das nossas escolas, como elas acontecem. Além de tudo, há uma criminalização da nossa prática pedagógica. Isso não podemos permitir. Que bom que os alunos aqui compareceram, porque eles estão realmente fazendo a leitura dos riscos que nós estamos correndo.

Nós conversamos com os Deputados e colocamos que qualquer pai que pegue esse projeto de lei – porque ele não tem a obrigação de saber das particularidades de uma sala de aula – ele vai achar que tem alguém preocupado mesmo com o filho dele, com a proteção. Isso tudo aqui é bonitinho, é legal, cita a lei, cita a Constituição. Quer coisa mais democrática, mais forte do que dizer que está na Constituição e, portanto, é um direito? Esse é um discurso que é fácil, ele engana. Não é isso, Deputado Prof. Israel? Mas o que está aqui nas entrelinhas é o perigo, e aí é responsabilidade de cada um de nós levar esse debate à sociedade. Aquilo que eles não tiveram coragem de fazer nós temos, porque a nós não falta a coragem de abrir o debate com a sociedade, seja de que instância for, e mostrar o que está aqui nas entrelinhas desse projeto. Esse é o nosso papel.

Esta Casa hoje está de parabéns por abrir e permitir o debate. Outro dia não tivemos oportunidade para fazer isso. Hoje estamos de parabéns por esse debate. Infelizmente, aqueles que pensam diferente não estão aqui, porque o bom seria isso, que eles estivessem presentes para participarem do debate, com a oportunidade de palavra, inclusive. Daí, talvez, chegaríamos a um consenso. Talvez eles conseguissem nos convencer. Isso poderia acontecer. O debate é para isso.

Infelizmente, não se propuseram a esse debate. O Deputado Prof. Israel colocou também que esse projeto tem alvo, ainda que disfarçadamente, mas tem. Eu fico pensando que me parece que o mundo começou em 2003. Para alguns neste país, parece-me que o mundo começou em 2003. Quero dizer a vocês, colegas, que nós deveríamos ter sido todos demitidos esses dias, porque se a nós é dado esse poder tão grande de doutrinar, de cooptar, somos superhomens e supermulheres.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Outro dia a gente viu as ruas cheias de meninos que participavam de marchas, vestidos de verde e amarelo, com bandeiras, pedindo que não querem mais Paulo Freire nas escolas. Tem alguma coisa errada aí. Como essa escola que está doutrinando – e na lógica deles é uma doutrina da esquerda, do Partido dos Trabalhadores, inclusive – leva às ruas a garotada para fazer exatamente o contrário? Nós temos de rever também as nossas práticas.

Eu quero reforçar muito mesmo aqui, chamar a atenção da Casa e dos parceiros para a defesa da gestão democrática, inclusive porque estamos tendo notícias de emendas que estão sendo apresentadas, que estão chegando à Casa. Então, temos de ter muito cuidado também com a desconstrução e a destruição daquilo que nós conseguimos conquistar depois de muitos anos.

Não posso deixar de registrar aqui a forma desrespeitosa como a ONG ou o que estão chamando de Escola Sem Partido tem tratado a entidade Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Essa entidade tem 36 anos de uma história construída com muita luta e muita dignidade. Nós não vamos permitir que esse sindicato de práticas cidadãs, sim, deixe de fazer o seu trabalho.

Esse sindicato vai continuar sendo o que é, vai continuar defendendo os direitos da classe trabalhadora e também de cada um e cada uma deste país, vai continuar defendendo a democracia. Não vamos nos render aos ataques que estão sendo feitos nas redes sociais. São ataques, inclusive, de *fakes* que, como eu disse aqui, não têm a coragem de mostrar a cara e enfrentar o debate. Então, estão tentando desconstruir a imagem dessa entidade e, se estão fazendo isso, é porque já sentiram o poder que essa categoria tem no Distrito Federal.

Nós não vamos nos render a isso. Eu tenho certeza de que nós sairemos daqui hoje muito mais fortalecidos para esse enfretamento. Que bom que já podemos comemorar também que, no convencimento, na discussão, no debate, Parlamentares que estavam em dúvida exatamente porque estavam ouvindo um falso discurso tiveram oportunidade de repensar, refletir.

Aí eu quero, sim, agradecer aqui, em nome da categoria, o empenho dos nossos Deputados, dos nossos Deputados professores especialmente, mas não apenas deles e, sim, de todos aqueles que estão empenhados: Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale, Deputado Joe Valle e outros da Casa que, desde o início, se colocaram realmente contra esse projeto de lei. É importante registrar isso. Ainda não ganhamos essa batalha, mas eu não tenho dúvida de que a educação pública do Distrito Federal sairá vitoriosa, e não permitiremos retrocesso.

Eu quero deixar aqui um recadinho. Eu não podia deixar também de citar Paulo Freire depois de tudo isso, não é, gente? Eu queria até sugerir, Prof. Israel, Chico, que a Casa apresentasse alguns Deputados com uns livrinhos de Paulo Freire, algumas coisas, que os deixassem lá na mesa deles, porque eu tenho a impressão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

que nunca os leram, talvez nem o conheçam. Então, a gente tem até que dar um desconto, tem que entender, porque realmente é o desconhecido.

Para Paulo Freire, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Eu acho que isso diz absolutamente tudo. Essa é a escola que nós defendemos. É essa educação que nós defendemos e que nós sabemos fazer, porque, se for diferente, nós estaremos desempregados, porque eu tenho certeza de que ninguém aqui sabe trabalhar de maneira diferente, sabe trabalhar com uma mordada na boca.

É isso, meus companheiros. A luta continua. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, professora Rosilene Correa.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. quer fazer uma saudação agora ou quer falar depois? (Pausa.) Ok.

Concedo a palavra ao Sr. Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional, Professor Fábio Pereira de Sousa, que poderá falar daqui ou da tribuna, de onde achar melhor.

SR. FÁBIO PEREIRA DE SOUSA – Vou falar daqui. Vou seguir meus colegas de Mesa. Não vou contrariá-los.

Boa tarde a todas e a todos. Agradeço o convite do nobre Deputado Chico Vigilante para a Secretaria de Educação estar presente neste debate, que se faz necessário, já que este é um projeto de lei de extrema sensibilidade e que deve ser debatido por todos.

De antemão, eu quero fazer uma correção, não entrando no mérito da lei, mas como professor, como Subsecretário, como Conselheiro de Educação. A gente vê aqui um erro logo na abertura do projeto de lei, em seu preâmbulo, quando ele diz sistema de ensino público do Distrito Federal. Não existe sistema de ensino público. O sistema de ensino é único. É o sistema de ensino do Distrito Federal. Ele compreende duas redes: rede pública e rede particular. Então, ele já inicia de forma contraditória. Ele fala, no seu início, a respeito das escolas públicas e, depois, dentro, ele fala sobre as escolas particulares. Isso tem que ficar bem claro. Tem que haver uma correção por parte da assessoria da Deputada.

Primeiro, quero também trazer aqui as desculpas do Secretário de Educação. O professor Júlio está em reunião em Porto Velho com o CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação. Então, hoje e amanhã, ele estará fora do DF. Por isso que ele não pôde estar aqui, mas ele não se furtará do debate e se fará presente, Deputado, em outras ocasiões a que for chamado.

Aliás, já deixo aqui a sugestão da Secretaria de Educação a todos os Deputados. Existe a Secretaria de Educação, existe o Conselho de Educação, nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

temos a Comissão de Educação. Eu não estou tirando a liberdade dos Deputados – a gente sabe que é uma Casa de Leis – de apresentar projetos diversos, mas, quando forem tratar de educação, chamem-nos para discutir. Existe uma frase que o Centro de Ensino Especial usa muito: nada sobre nós sem nós. Então, vamos chamar a Secretaria de Educação antes de apresentar um projeto de lei. Vamos discutir esses projetos de lei junto com a categoria, porque um projeto de lei desses... Aqui eu não estou para defender o projeto de lei, estou levantando mesmo a questão prática. Nós tivemos, primeiro, uma grande lei, que foi a gestão democrática, vitória da categoria.

A gestão democrática já traz uma série de ações, uma série de artigos que falam muito sobre isso que está sendo debatido hoje, a diversidade, a pluralidade cultural que a gente tem que trabalhar nas escolas, a autonomia, principalmente das escolas construídas, sua proposta político-pedagógica. Isso deve ser importante. Quando eu falo escola, não estou falando de professor, estou falando de professor, de estudante, de pai. Todo mundo deve fazer parte da construção dessa proposta político-pedagógica.

Nós tivemos agora recentemente o currículo. Então, quero levar esse debate mais para o lado pedagógico das salas de aula nas escolas. Nós tivemos um currículo denominado Currículo em Movimento. Em movimento justamente porque ele não tem que ser encaixado, enquadrado; ele não tem que ficar parado no tempo e no espaço. Nós temos que debater dentro de sala de aula o seu currículo, aquele chamado currículo oculto do que está acontecendo no nosso dia a dia. Hoje mesmo a gente vê as passeatas acontecendo na rua, os jovens, a discussão sobre maioridade penal, os movimentos diversos, LGBT, que está aqui presente também. Nós não podemos fechar a porta da escola para esse debate. Então, a escola, no nosso Currículo em Movimento, já traz isso.

Se esse projeto de lei passar, nós teremos que rever todo nosso currículo. O Secretário Júlio fez questão de dar-lhe continuidade nessa gestão da Secretaria de Educação justamente pelo fato de ele ter sido elaborado junto com os professores nas escolas. E o currículo prevê isso tudo.

Outra questão que também tem que ser revista e de imediato é a formação de todos os professores nas faculdades, nas suas licenciaturas, porque as próprias universidades hoje trabalham com essas ideias da diversidade. Então, como vamos receber isso? Num simples olhar, nós vamos ter que fechar basicamente três núcleos dentro da escola de profissionais de educação, que tratam justamente da diversidade, da pluralidade, disso tudo. Então, já é outro embate. Fora que nós vamos ter que preparar os nossos formadores para darem a nova formação.

O Deputado Prof. Israel disse que se sente incompetente para trabalhar. Eu, como professor de Biologia, também vou me sentir incompetente para trabalhar, por exemplo, a origem da vida. Como eu vou trabalhar a origem da vida dentro da minha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

sala de aula? Então, eu estou dando esse olhar mesmo de execução dentro da Secretaria de Educação.

Quando a gente fala da gestão democrática, a gestão compreende uma série. O pessoal leva mais para o lado da eleição, do processo administrativo, mas não é isso. Nós temos cinco pilares dentro da gestão democrática. O principal pilar que temos é a gestão pedagógica. Essa gestão pedagógica tem como pilar basal a autonomia dos projetos político-pedagógicos dentro das escolas.

Nós estamos defendendo na Secretaria de Educação, já há bastante tempo, a Escola Candanga, que é um projeto muito audacioso. Defendemos também uma Cidade Educadora, que envolve a cidade como um todo, para abrir as portas da escola para toda comunidade. E agora estamos com um novo projeto, que é a Escola sem Paredes. É justamente o contrário do projeto, que é Escola sem Partido, mas nosso projeto é Escola sem Paredes. É uma escola que abre as portas para todo mundo, que abre as portas para todo tipo de debate, que não se furtará somente a querer ensinar que dois mais dois são quatro. E ainda há contradição nisso. A gente tem que pensar muito sobre isso.

Nós temos que pensar também que todos os Deputados desta Casa de leis chegam aqui justamente pela pluralidade de cada um. Talvez a maioria que chegou aqui foi justamente por essa formação da escola plural. Então, isso também tem que ser levado em conta.

É importante também observar, pelo lado da Secretaria de Educação, que todos os seus documentos que já estão publicados, diretrizes pedagógicas, diretrizes de avaliação, tudo isso foi aprovado no Conselho de Educação. Eu senti falta também aqui da presença do Conselho de Educação. Há um conselheiro aqui, o Marcos Mourão, mas ele não está representando o Conselho neste momento.

Então, o que eu sugiro, Deputado, é que, para projetos como esse, seja montado um grupo de trabalho com a participação da universidade, dos pais, dos estudantes, dos professores, da Secretaria de Educação e eles sejam chamados a discutir. Então, a gente convida a Deputada, a assessoria dela para discutir esse projeto junto à Secretaria de Educação. É um projeto muito audacioso, mexe com todo nosso fazer pedagógico sem fazer uma discussão ampla com a Secretaria de Educação, que tem uma subsecretaria responsável por isso, que é do Prof. Gilmar, e tem a Subsecretaria de Planejamento, que se organizou totalmente dentro do que é trabalhado no nosso currículo. Então, a gente coloca a Secretaria de Educação à disposição de todos, de todos os Parlamentares, mas principalmente da Deputada neste momento para fazermos um trabalho bem amplo. Gostaríamos muito que fosse formado um grupo de trabalho que tenha todo mundo, sindicato, estudantes, professores, Conselho de Educação, Universidade de Brasília, e que fosse discutido esse projeto de forma pontual.

Obrigado. Boa tarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Professor Fábio.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa de Leis, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Vou pedir licença para fazer uma análise prática, porque a análise técnica deste projeto de lei eu já fiz, como Relator e Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Todos aqueles que tiverem interesse em ler o nosso parecer é só enviar um *e-mail* para a nossa assessoria, que receberão.

Quando o projeto chegou a mim, por conhecer o Movimento Escola sem Partido – já o conhecia –, tive a preocupação de tentar ser o mais isento possível, fazendo uma análise técnica da coisa. O parecer foi bastante elogiado, inclusive por especialistas em educação, mas hoje, não. Hoje quero contar histórias, que é o que nós, professores, fazemos na tentativa de transmitir e de trocar conhecimento com os nossos alunos.

Em 1989, um período turbulento na geopolítica mundial, inserido no contexto da queda do Muro de Berlim e da migração dos países socialistas para países capitalistas, eu era estudante do primeiro ano do ensino médio no Centro de Ensino Médio 05, na Ceilândia, uma escola de referência naquela época e que hoje não existe mais com essa nomenclatura. E eu tinha um professor de geografia muito famoso, chamado Marcos Caron. Acho que alguns aqui o conhecem, pois ele foi depois membro do Sindicato dos Professores. Ele um comunista e defendia as teses comunistas com uma paixão fantástica. Todos nós ficávamos vidrados nas aulas, mas ceilandense não é bobo, ceilandense é um bicho crítico, rapaz, e a gente questionava tudo.

Em 1989, o professor Marcos Caron teve a oportunidade de viajar à União Soviética e, naquela ocasião, conheceu aquele comunismo, aquele socialismo real, que é o termo geográfico – eu, que sou professor de geografia, vou usá-lo aqui. Ele conheceu na prática aquilo que só conhecia na teoria e trouxe de lá uma máquina fotográfica que, segundo ele, era o que havia de mais moderno naquele contexto da sociedade da União Soviética. A máquina fotográfica era do tamanho de uma caixa de sapato. Aquilo era o que havia de mais moderno. Eu não preciso aqui, como professor de geografia, explicar que, naquele contexto, onde havia uma ausência de concorrência, o avanço tecnológico ficava limitado, uma vez que tudo era controlado pelo Estado. E nós morríamos de rir do professor. Naquele contexto, perguntávamos: “Como é que o senhor defende um sistema em que uma máquina fotográfica é do tamanho de uma caixa de sapato?” Parecia uma coisa de outro mundo, ao passo que, naquela época, usávamos a máquina *Love* – os da minha idade lembrarão –, que era uma máquina descartável. Quem tem quatro ou cinco décadas aí vai lembrar. (Risos.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Então, vejam bem, ainda que comunista fosse, o professor Marcos Caron abria um espaço para o debate, ouvia e concordava conosco. “Vocês têm razão nesse ponto, mas vamos analisar aquele!” e o debate fluía. Nunca o professor Marcos Caron tentou nos doutrinar; ele até hoje é uma referência para mim, como professor. Naquela ocasião eu era aluno.

Conto outra história. Professor do ensino médio da Escola Notre Dame, aqui no Plano Piloto, uma escola particular. Eu, professor de Geografia, escola de classe média, confessional, mas com uma proposta político-pedagógica extremamente libertária e libertadora, baseada em Santa Júlia Billiart, talvez uma das primeiras educadoras libertárias, outra referência para mim, como educador. Naquela ocasião, eu tinha a mania de encostar na parede, punha o pé para trás, como forma de apoio, e sujava a parede. Eu não percebia, até que um aluno, hoje de alta patente no Banco do Brasil, Alexandre Trombini – até hoje temos contato com nossos alunos e ele também foi aluno do Professor Acácio, que se encontra presente –, disse-me: “Professor, por favor, posso te dar um conselho?” Respondi-lhe: “Claro, meu filho.” E ele me disse: “Evite colocar o pé na parede. Além de feio, é uma forma de depredação do patrimônio.” Aquilo me envergonhou completamente e eu levei para o resto da vida. Nunca mais coloquei o pé na parede, como forma de apoio.

Resgato a palavra da professora, que disse que o processo de ensino/aprendizagem não tem lado frágil, como diz o projeto de lei em seu artigo 1º, inciso V: “Reconhecimento da vulnerabilidade do educando como a parte mais fraca na relação de aprendizagem.” Quem será que ensinou mais para aquele estudante? Eu, com minhas teorias geográficas, ou ele, com a simples lição de moral e comportamento social? Eu trago essa lição até hoje e me emociono quando falo disso.

Quero, ainda, citar aqui algumas questões. O projeto de lei, em sua argumentação, fala de doutrinação. Não vou nem entrar nos aspectos de nomenclatura ideológica do que é doutrinação, basta ler aqueles livros de cabeceira: *O Que é Ideologia?* *O Que é Doutrinação?* Esses são alguns dos livros com que podemos presentear alguns parlamentares.

O argumento do projeto de lei diz que professores doutrinam seus alunos e, na argumentação, diz-se que doutrinam para o marxismo e para o comunismo. Senhores, se professores, ao generalizar, doutrinassem para o marxismo e para o comunismo, todos nós seríamos comunistas, porque todos passamos na mão de um professor e já éramos um País comunista. Isso mostra a insanidade da argumentação. É o básico.

Digo ainda: o projeto diz que professor não pode opinar, ele tem que transferir conhecimento sem dar sua opinião. Isso é o que dizem os defensores do projeto. Semana passada, o Supremo Tribunal Federal nos deu uma lição de liberdade de expressão quando chegou ao final, transitada em julgado, a questão a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

respeito das biografias não autorizadas. Essa ação começou lá atrás, quando o Roberto Carlos tentou impor uma limitação a um autor que escreveu a biografia dele sem sua autorização.

Segundo o cantor Roberto Carlos, o cara estava usando a imagem dele para ganhar dinheiro, difamando-o. Mas o Supremo considerou que qualquer um de nós pode escrever a biografia de quem quer que seja sem sua prévia autorização e, se falar mal do cidadão, vai responder dentro daquilo que a Constituição já prevê. Vejam que isso é o ápice da liberdade de expressão, e vem um projeto de lei querer cercear a liberdade do professor, talvez daquilo que ele tenha de mais sagrado, que é a liberdade de falar e a liberdade de ouvir nesse processo de retroalimentação, no ambiente de ensino e aprendizagem, na relação de mão dupla professor-aluno, uma relação absolutamente democrática.

Se esse projeto, que aparentemente parece... Quem o lê superficialmente até acha engraçado, pois a escola não deve ter partido mesmo. Todos nós concordamos que a escola tem de ser apartidária, ainda que ela tenha de discutir os partidos, porque a nossa escola é plural. A nossa escola é plural e quem diz que não é nunca entrou em uma sala de aula ou está sendo leviano e mentindo para usar subterfúgios de linguagem e, por meio de uma palavra, dizer outra. Essa é a questão. Nossa escola é plural. Eu tenho professores na escola pública onde eu trabalhei até dezembro do ano passado – estou licenciado para exercer este mandato – de uma linha marxista e tinha professores absolutamente liberais. Ambos eram amigos e debatiam isso na sala de aula. Eu me tiro como exemplo. Sou amigo do Prof. Paulo Fernando, hoje Presidente da FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, uma das pessoas mais conservadoras que conheço. Ele é professor, é do PSDB e eu, do PDT. Ele é um católico fundamentalista – não gosto de usar esse termo –, uma pessoa convicta, tem cinco programas na *Rádio Nova Aliança*, é um cara muito inteligente.

Olhem, ideologicamente, nós somos os polos. Ele é a, eu sou z, mas a gente é amigo, a gente se respeita, a gente é civilizado, a gente consegue trabalhar juntos. E é esse o grande barato da sociedade, o grande barato da educação. Como disse aqui o meu grande amigo Deputado Prof. Israel, esse caldo é que traz a beleza da sociedade, da civilidade. Esse é o caldo da humanidade, que deve ser respeitado, e não cerceado, como propõe aqui esse projeto de lei.

Esse projeto de lei criminaliza, sim, o professor, principalmente quando propõe no anexo uma tabela que deve ser exposta na sala de aula dizendo o que o professor pode ou não pode fazer. Aí, você imagina o aluno falando: “Professor, você não pode fazer isso, não”. E depois denuncia para a mãe dele. E quem vai julgar? Qual é o critério de julgamento? O que é moral para o Deputado Prof. Israel talvez não seja moral para mim. O conceito de moral é plural também, ainda que haja pontos de dissenso e de consenso na sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Por fim, eu tiro como exemplo a minha família, que talvez seja uma síntese desse debate e da sociedade. Eu sou um cristão humanista. Fui educado na igreja católica e hoje me classifico como cristão humanista. Recentemente, até me perguntaram: “Que religião é essa, professor?” “É a que eu criei.” “E quantos membros tem?” “Só eu mesmo, e eu não quero nenhum outro adepto a ela.” Foi o que eu disse, porque, se tiver mais adeptos, cria-se a igreja. E, quando se criar a igreja, talvez isso atrapalhe o processo de aceitação filosófica da religião.

Então, gente, eu sou cristão humanista. Minha esposa é evangélica da Igreja Batista Filadélfia, de Taguatinga, aonde eu vou de vez em quando acompanhá-la, até por uma questão de respeito, já que ela também me acompanha nos meus caminhos. Até parabenizo o pastor da igreja, um homem muito inteligente, o pastor Keison. Minha filha, de 16 anos, já tem uma posição ideológica bem construída e, visivelmente, ainda que ela não tenha estudado o marxismo, parece-me que ela vai virar marxista. Tem 16 anos, está nova, mas está construindo. Já o meu filho, de 23 anos, tem uma postura socialdemocrata.

Quando a gente vai a um debate, eu falo: “Está bem. Não converse mais comigo e se filie ao PSDB.” Eu falo isso sempre para ele nos nossos debates. Então, veja que caldo, usando a expressão que o Deputado Prof. Israel falou. E, apesar de cada um ter suas peculiaridades, todos se respeitam, todos se admiram e todos se amam.

Talvez seja isso que esteja faltando na sociedade brasileira em alguns cantos e principalmente nos defensores desse projeto de lei.

Muito obrigado, senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., como também os membros aqui da Mesa, na pessoa da professora Ana, mas também dos brilhantes estudantes. Senti-me muito orgulhoso, porque fui o autor da Lei dos Grêmios, pioneira aqui no Distrito Federal, que trouxe enorme contribuição na formação dos nossos alunos.

Cumprimento a Rosilene, em nome de quem eu cumprimento todos os servidores da rede de educação do Distrito Federal; o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o nosso presidente da comissão. Por ser integrante, preferi ouvir e acompanhar de perto porque quero dar o voto mais consciente possível. Quero cumprimentar também o Fábio, porque é um servidor que conheci nesta Casa na assessoria, se não me engano, do Deputado Joe Valle, e que tem me surpreendido enormemente pela sua qualidade e dedicação. Faço minhas as palavras do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Prof. Israel de referência ao colega Fábio. Quero cumprimentar todos aqui presentes, professores, militantes estudantis aqui presentes, o pessoal LGBT.

Nós estamos vivendo um momento muito importante na Casa. Ainda que possamos considerá-lo um momento surpreendente, ele é um reflexo do cenário que está acontecendo em nível nacional.

Naturalmente – todos sabem e têm uma avaliação –, o principal partido de esquerda no País, o Partido dos Trabalhadores, por mais divergências que haja, assumiu o poder neste País. E naturalmente hoje, com três mandatos, no quarto mandato – inclusive, é registrado na justificativa da autora Deputada Sandra Faraj –, é alvo de ataques sucessivos, até mesmo pelos equívocos que cometeu. E aquilo que acertou, muitas vezes nem lembrado e nem reconhecido, mas nesse momento nós vivemos um quadro econômico difícil, um quadro político que eu creio que seja mais difícil. E naturalmente estamos vivendo uma situação política no País extremamente difícil e de ataques sucessivos.

Eu lia hoje uma reportagem no jornal que fazia exatamente uma avaliação da gestão do Deputado Eduardo Cunha. E ele mencionava que esse cenário era proveniente do próprio processo de enfraquecimento político do Governo Federal. Eu até concordei com ele, até porque muitas críticas que têm surgindo têm sido suscitadas no próprio interior do partido. Há um processo de judicialização muito intenso, mas o importante é que o País vive na plenitude da sua democracia.

Este País vive um cenário de enfrentamento das irregularidades com empoderamento do Ministério Público, o empoderamento da Polícia Federal, como nunca existiu no Brasil. Isso é inquestionável! Os próprios adversários reconhecem isso. E, nesse caldo, nascem essas entidades que têm levantado algumas bandeiras como se fossem pioneiras no processo e na inauguração. Dói-me profundamente, porque é uma tentativa de desconhecer aquilo que foi pavimentado na educação pública brasileira.

Eu creio que nós temos muitos problemas, e problemas complexos, difíceis, para poder entender o que se pretende dizer com esse projeto. Um fato extremamente importante que permeia o processo de uma proposição dessas é a legitimidade proveniente da vivência na escola pública. O convívio, a materialização dos problemas, a agressão aos professores, o quadro de falta de infraestrutura, de apoio, o cenário da crise das famílias, que reflete na escola, principalmente naquelas escolas em regiões bastante excluídas, empobrecidas, prejudicadas por n fatores, como desemprego, falta de transporte, processo de exploração da mão de obra, processo de exploração do próprio consumidor. Enfim, esse quadro de agravamento da situação do povo brasileiro não é levado em conta.

E o mais grave é que o projeto se levanta exatamente no momento em que o País, em todos os estados, está discutindo o Plano Estadual de Educação, o Plano Distrital de Educação, em função do PNE – Plano Nacional de Educação. A palavra do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Deputado Joe Valle foi muito enriquecedora. O Deputado Prof. Reginaldo Veras é testemunha disso. Nós tivemos aqui dois meses de debate sobre o Plano Distrital de Educação. Uma matéria tão importante, e, no momento auspicioso de votar o projeto, a Casa estava tomada, e a vaia era o que predominava dentro do ponto de vista específico de algo que não era sequer abordado em nenhum artigo, e sim nos anexos. Eu participei recentemente de um encontro dos Deputados Estaduais, e isso foi um fato que ocorreu em praticamente todos os debates ocorridos nas assembleias legislativas brasileiras.

Nós, neste momento, temos já votado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Utilizando as palavras do Professor Júlio, 90% das expectativas previstas no fórum que debateu o tema foram alcançadas. Essa é a grande vitória. Não foi 100%, foi 90%, mas o importante é que nós possamos enxergar avanços necessários.

Com relação a este projeto específico, ele é um apêndice daquilo que foi, de maneira maior, de maneira mais robusta, discutido dentro de um processo sistêmico de tentar ver a educação a partir de uma abordagem maior, principalmente levando em conta a rede pública. Eu não vou entrar nos detalhes porque acho que o que já foi exposto aqui na Mesa, o que já foi exposto pelos meus colegas é suficiente, mas o debate em si é relevante.

Rosilene, eu acredito que essa postura de atenção do movimento sindical e do movimento estudantil de acompanhar o que acontece dentro do Parlamento é algo extremamente positivo. Por quê? Porque não estamos aqui discutindo hoje a questão do salário, as dificuldades que os trabalhadores estão vivenciando do ponto de vista do seu contracheque, mas estamos aqui, Deputado Chico Vigilante – e quero cumprimentar V.Exa. por essa iniciativa –, debatendo aquilo que é maior, que são as condições e o próprio projeto de educação na nossa sociedade.

Lamento que uma entidade, em função desse quadro político que temos vivenciado, tenha se oportunizado para tentar criminalizar isso. Eu creio que nós do PT cometemos muitos erros, mas deixar de reconhecer a contribuição que esse projeto político trouxe para o País, principalmente no processo da redemocratização e do resgate da população excluída, da valorização da educação... Ninguém, nenhum ser humano em sã consciência é capaz de conceber um projeto perfeito em si, mas não há dúvida dos avanços nítidos e objetivos que esse projeto vem alcançando.

Basta ver o processo de valorização do professor. Ainda assim, sobretudo os estados governados pelo PSDB foram os principais estados que entraram com ações diretas de inconstitucionalidade para confrontar o avanço que o Governo Federal vinha proporcionando na remuneração. A abertura das universidades, a interiorização da universidade brasileira, a recuperação das escolas técnicas que estavam excluídas por decreto também são obras do PT. Ora, vamos analisar as fragilidades e, dentro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

das fragilidades, vamos discutir como melhorar. Eu creio que aí está o espaço, e há muito espaço para melhorar.

Eu quero encerrar as minhas palavras, Deputado, dizendo que a Deputada Sandra Faraj tem um mérito muito positivo que eu não vou deixar de registrar, que foi buscar o resgate do debate da família nesse processo. Eu sei que há um clima de beligerância, isso é da política, mas nós vamos superá-lo. O resgate do debate da família também é importante neste momento

Nenhum de nós, porém, é detentor de uma relação familiar perfeita. Todos nós vivemos as fragilidades de cada uma das famílias. Precisamos ter humildade ao nos deparar com um debate dessa envergadura e trazer uma magnitude para poder olhar nos olhos uns dos outros, ver a fragilidade de um e de outro, para, em primeiro lugar, ter respeito e, em segundo lugar, tentar encontrar soluções.

Nós precisamos ter muita determinação, altivez e respeito ao nos depararmos com matérias tão sensíveis. É ruim aqueles professores que, ao longo dos anos, tiveram míseros salários que, muitas vezes, não chegavam ao patamar de um salário mínimo, ainda serem criminalizados, como aqueles professores que, na defesa dos seus alunos, acompanharam esses alunos e agora são tratados de maneira criminoso, como se os estivessem levando às casas de prostíbulo. Isso é algo criminoso que nós não podemos aceitar. Não podemos aceitar que aqueles pioneiros, homens e mulheres que nos ensinaram as primeiras letras, que nos proporcionaram os primeiros ensinamentos, agora sejam tratados como inaptos a conduzirem a vida dos nossos filhos e filhas no tratamento da educação e ensinarem as primeiras letras.

Portanto, vamos dar o devido tratamento, com o devido bom senso para encontrar uma saída para essa situação.

Deputado Chico Vigilante, eu cumprimento não só a Mesa, mas todos que vieram para qualificar o evento, para encontrarmos uma afirmação daquilo que é relevante na escola pública e na escola como um todo. Como já foi dito aqui, o interior do projeto alcança as escolas privadas. E esse debate, sim, é necessário ser feito: as escolas que dão à educação um tratamento diferenciado daquilo que é decidido e definido pelo Ministério da Educação. Mas isso é para um outro momento.

Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Nós estamos com dezessete pessoas inscritas.

Quero justificar a ausência da Rosilene: ela tinha um compromisso conosco até as 17h30min e já saiu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Quero dizer para as pessoas que estão assistindo pela internet que até agora há pouco essas galerias estavam lotadas de estudantes. Mas os estudantes também têm outros afazeres. Ficaram aqui até o momento em que acharam justo. Como eles têm liberdade, porque aqui nós não prendemos as pessoas, nós não precisamos de robôs, eles voltaram para os seus afazeres. E por que eu estou dizendo isso?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Temos pessoas no plenário, mas eu estou falando das galerias.

Eu estou falando isso porque um *fake* – deve ser *fake* – acaba de postar no *Twitter* que na comissão não havia ninguém. Quero dizer para as pessoas que estão usando *fake* que existe muita gente inteligente aqui. Pessoas livres, pessoas que vieram aqui porque acreditam, efetivamente, numa educação livre, numa educação libertária. Não são massa de manobra de quem quer que seja e por isso estão aqui no plenário da Câmara Legislativa, que é o lugar mais nobre desta Casa.

Concedo a palavra ao Júlio Barros, como primeiro inscrito, para usar a palavra por três minutos.

SR. JÚLIO BARROS – Boa noite a todos, boa noite a todas.

Inicialmente eu tenho a compreensão de que esse PL nº 1 é imoral, é indecente, é fundamentalmente inconstitucional. Eu não vou gastar os meus três minutos citando quase uma dúzia de artigos da Constituição Federal, como o 205, o 206, o 12 e o 13, para falar da inconstitucionalidade desse projeto, porque já está lá no *banner*, muito clara, a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar – artigo 206.

Mas eu quero chamar a atenção dos Parlamentares desta Casa para a Lei Orgânica do Distrito Federal, que eles mesmos elaboraram. O artigo 221, no inciso II, fala de pluralismo de ideias, concepções filosóficas e políticas estéticas. Então, eu quero perguntar se os Parlamentares vão rasgar a própria Constituição que eles elaboraram.

Como o tempo é muito escasso, eu quero chamar a atenção para a proponente, Deputada Sandra Faraj: que ela pare de causar constrangimento aos seus pares. Esse projeto, além de imoral, é inconstitucional. Nós não avaliamos que ele tenha conserto. Nós do sindicato dos professores não vamos estar abertos a nenhum tipo de acordo com relação a tentar melhorar uma coisa horrível como esse projeto, que, na linguagem da ditadura militar, não é projeto de lei – chama-se ato institucional. Quem não se lembra do AI 2? Quem não se lembra do AI 5?

Dizemos mais: o que nós queremos? Nós queremos a retirada completa desse projeto de lei. Não basta fazer o acordo, que vai pautar somente até o final deste semestre e, no início do segundo semestre, pautá-lo e talvez pegar a gente de surpresa. Tem que tirar essa imoralidade da pauta! Se por acaso perdemos aqui, vamos ao Palácio do Buriti envolver o Poder Executivo, porque ele também tem que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

ter responsabilidade. Quem vai aplicar isso aí é a secretaria de educação. Então, o senhor secretário de educação, o senhor governador têm responsabilidade por este crime que querem cometer contra a educação pública. Mas, se ainda não vencermos no Palácio do Buriti, nós vamos ao Superior Tribunal de Justiça, porque atacou a Lei Orgânica. Nós vamos ao Supremo Tribunal Federal, porque ataca a Constituição Federal.

Eu sei que aqui tem um sistema de som e o que a gente fala vai para os 24 gabinetes, com certeza tem algum adepto dessa insanidade ouvindo as nossas palavras. E peço... Não, eu exijo: Deputada Sandra Faraj, pare de constranger os seus Pares e retire esse projeto. Vamos virar essa página e olhar para frente.

Hoje, para concluir Mesa, o Diário da Câmara Legislativa nº 115 traz a publicação do PDE. Esse projeto aqui fere de morte o PDE, que aprovamos há dez dias! Ontem, dia 24, comemoramos um ano do PNE.

Portanto, são essas as considerações que tínhamos a fazer. Um grande abraço. Parabenizo o organizador deste evento, Deputado Chico Vigilante, e a todos os companheiros e companheiras da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Júlio. Concedo a palavra ao Sr. Flávio Sousa, advogado.

SR. FLÁVIO SOUSA – Primeiramente, boa tarde a todos, aos Deputados.

Bom, existe um princípio fundamental em todo debate que é o princípio da verdade. As coisas devem ser colocadas com clareza. Muitas vezes, no discurso aqui presente... Estou aqui representando a sociedade civil, não estou a mando e não estou representando nenhum tipo de grupo, mas a sociedade civil. Inclusive, quero falar que fui estudante da escola pública, sentei nos bancos da escola pública durante toda a minha formação básica.

Quero dizer também que a Ubes e as entidades que foram citadas não representam todos os estudantes. Não representam! Conheço vários estudantes e várias pessoas que não se sentem representadas. Então, vemos um discurso aqui totalmente imparcial. Percebe-se que nem no discurso conseguem ter parcialidade.

Agora, a pergunta é a seguinte: como tachar um projeto de lei ditatorial se o projeto de lei apenas replica o que está na Convenção Americana dos Direitos Humanos, Pacto de San José da Costa Rica? Apenas replica o que está lá! Portanto, vamos protestar e apelidar agora o Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, de pacto da mordaga! Aqui também tem princípios constitucionais. O projeto não inova em nada! Esse barulho que foi feito em torno desse projeto, e chamo esse barulho de espetáculo desesperado...

(Apupo da plateia.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, não vamos fazer o que foi feito numa sessão anterior na qual não deixaram as pessoas falarem. Aqui, as pessoas, dentro do seu tempo, vão falar o que quiserem e depois as pessoas inscritas vão rebater. Essa é a democracia que a gente prega e pratica.

SR. FLÁVIO SOUSA – Muito bem. Obrigado, Deputado. Voltando a palavra, e peço que garanta o tempo que perdi aqui também.

Eu chamo de um espetáculo desesperado, repetindo. Esse espetáculo, esses apelidos que vão dando ao projeto exercem um poder atrativo, porque a gente se atrai para saber se, de fato, estamos diante de um ato institucional nº 5, que foi uma comparação... E, desculpem-me, uma comparação sem cabimento, porque, quem conhece a história – e de fato o que foi proposto na Ditadura Militar – e ler isso aqui... Nós estamos diante de réplicas de princípios constitucionais e, como eu disse, réplicas da Convenção Americana de Direitos Humanos. Não tem lógica compararmos, fazer uma comparação tão rasteira como essa.

Repetindo, fui aluno da escola pública do Distrito Federal. E aí a verdade deve prevalecer: fui vítima de doutrinação político-partidária dentro da sala de aula. Todas as ideias, a pluralidade que é citada aqui, o pluralismo de ideias no ambiente acadêmico deve ser abarcado. Todas! Todas! Agora, fazer politicagem dentro da sala de aula... Isso nós vimos, sim.

Quem acompanha a educação pública do Distrito Federal... E não falo em nome de todos os professores, não. Falo em nome de ativistas que estão travestidos de professores, que colocam o seu ativismo partidário à frente da sua vocação, à frente da sua vocação! E isso nós temos, professores que vão para dentro de sala de aula com santinho de quem quer que seja o candidato, seja da direita ou da esquerda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Conclua, por favor.

SR. FLÁVIO SOUSA – Para concluir, no discurso de tudo o que foi dito aqui nós vemos uma imparcialidade. Não há demérito nenhum ser anticastrista, como foi dito aqui pela professora, referindo-se à blogueira.

E outra: Paulo Freire não é e nem deve ser considerado, respeitando tudo... Por que ele deve ser o grande baluarte da educação?

Então, fica essa reflexão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Marco Paulo dos Anjos. (Pausa.)

SR. MARCO PAULO DOS ANJOS – Boa tarde a todos.

Bom, pessoal, eu também represento a sociedade civil. Sou imparcial a qualquer situação, qualquer grupo, qualquer ocasião. A única coisa que me incomodou foi perceber o modo como estão sendo conduzidas as coisas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Concordo plenamente com o que o Flávio diz com relação a buscar a verdade. O debate tem, sobretudo, a finalidade de alcançar uma verdade. E a verdade não está comigo, não está com os Deputados, não está com nenhum de nós. O debate tem a finalidade... E acho que quem estuda filosofia sabe bem disso. Se a gente discute algo, é para se alcançar uma verdade, e não para se impor uma ideologia, uma posição partidária ou qualquer coisa.

Então, acredito que nesse projeto tem muita coisa que a gente tem que considerar relevante. Muita coisa! E não acho justo, honesto, ter uma visão superficial e colocar muitas coisas que até não têm nada a ver com o projeto para sensibilizar a gente e tal. Eu falo porque estou aqui vendo, ouvindo tudo, e muita coisa é dita para sensibilizar. É lógico que, se eu falar para você, por exemplo, dar um cenário trágico e relacionar com o comunismo, ninguém vai querer o comunismo; se eu criar um cenário trágico e relacionar com o capitalismo, ninguém vai querer o capitalismo. Então, o que está acontecendo aqui é isso, infelizmente.

Eu sou contra todo esse tipo de ideologia, mesmo. Não deve existir a ideologia. Essa ideologia de gênero... Primeiro, gênero é uma construção social.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, nós vamos respeitar as falas. Eu gostaria que focassem o tema. Ideologia de gênero vamos discutir em outro momento.

SR. MARCO PAULO DOS ANJOS – Obrigado, Deputado.

Sobretudo, eu falo ideologia de gênero porque foi o que me chamou a atenção para esse projeto. Estou aqui, primeiramente, porque começou na questão da ideologia de gênero, pois isso desconstrói a família, e a família é a primeira educadora. Se você desconstrói a família, quem vai ensinar o aluno, por exemplo, a obedecer o professor? Tenho certeza de que nenhum professor vai ser pai do aluno. O professor, quando terminar a aula, vai para a casa, então se você desconstrói a família, você desconstrói tudo, desequilibra a sociedade e tudo. Portanto, não só essa ideologia, como outras ideologias devem ser eliminadas, então por isso eu assino embaixo desse projeto aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado. Respeitamos a sua opinião e esse é o debate que nós estamos travando.

Concedo a palavra à Professora Vilmara Pereira do Carmo.

SRA. VILMARA PEREIRA DO CARMO – Boa noite a todos. Boa noite, Deputado Chico Vigilante, boa noite à Mesa. Sou Vilmara, estou diretora do Sindicato dos Professores, sou professora de História, e esse projeto diz respeito diretamente à minha prática em sala de aula. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Então, é inaceitável que se pense um projeto para se falar da prática dos professores sem conversar com os professores antes. O Deputado Chico Vigilante é vigilante; você imaginou, Chico, esta Casa votar um projeto de lei em que vocês, vigilantes, têm que trabalhar a noite toda de pé, sem beber água, sem ir ao banheiro, e isso ser aprovado sem consultar vocês que são os trabalhadores vigilantes? Então é isso que está acontecendo aqui nesta Casa, se pensando um projeto sem conversar conosco.

Eu dei um exemplo lá na audiência em Brazlândia que é muito real. As nossas escolas têm uma tradição cultural de fazer festa junina, e nós fazemos a festa junina, sabemos que ela tem uma origem no catolicismo, que colonizou o nosso país por meio de Portugal, então tem famílias que não participam da festa. Não participam porque não se sentem à vontade. Esse projeto de lei vai justamente contra esse procedimento de realizar festa junina. Eu, como coordenadora, como diretora, como professora que organiza uma festa junina, posso estar agredindo a crença religiosa de uma família, e se esse projeto for aprovado eu posso, sim, ser presa, porque, como disse muito bem o Deputado Prof. Israel, a gente não tem como aferir o que é justo e o que não é justo, o que é a crença da família e o que não é. É só um exemplo. Então, a gente vai trabalhar amedrontado, as nossas festas, as nossas tradições culturais a gente não vai conseguir fazer por conta desse projeto de lei.

A preocupação que a gente traz aqui, além da falta de debate, é de conceitos que estão truncados e que estão errados e que a gente tem que aprimorar. A gente tem tantos problemas na Secretaria de Educação. A gente tem tantos problemas em nossas escolas, e aí vai se debater, vai se achar um problema que não existe? Porque não existe. O jovem que me antecedeu aqui, se ele foi doutrinado, você me desculpa, jovem, mas você não sabe nem o que é ser doutrinado, porque senão você não teria sido. (Palmas.) Então, assim, o que você vem falar aqui, vem defender algo que você desconhece. Você desconhece. Eu não sei nem se você foi aluno de escola pública, não nos parece que foi.

A Deputada Sandra Faraj, quando propõe um projeto desses, quer atacar, sim, o Partido dos Trabalhadores, e ficou muito claro aqui na fala do Deputado Wasny de Roure, mas a gente não pode esquecer que a Sandra foi convidada e aceitou ser Administradora Regional do Lago Norte no governo passado. Então, é contra, mas no momento em me que convém eu o utilizo e sou a favor do governo? Nós temos aí muito claras essas contradições, e aí, Chico, já que é uma audiência chamada por um Chico, vou aqui, não sei se vou conseguir, cantar uma música de outro Chico que fez muitas metáforas nas suas músicas na época da Ditadura Militar, e a música que ele cantava era a seguinte: "Pai, afasta de mim esse cálice", que era justamente não o cálice de Jesus Cristo, que foi a prece que ele fez na quinta-feira santa, mas é o "cale-se" de calar a boca, por isso a gente pede: "Câmara, afasta de nós esse cálice" que é o projeto de mordça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, professora.

Concedo a palavra à Carla Emanuelly, Secretária da União dos Estudantes do Gama.

SRA. CARLA EMANUELLY – Primeiramente, quero saudar a todos os professores e estudantes que estão aqui. Sou a Carla Emanuelly, estudo no Setor Oeste e vim aqui porque acredito que o intuito do PL da mordaga é justamente cercear os direitos de os estudantes estarem aqui fazendo debates junto com os professores. Isso é inadmissível. Temos de garantir nas escolas o espaço de os estudantes se manifestarem junto com os professores. Acho que eu, como estudante, tenho a total capacidade de analisar as teses que são apresentadas em sala de aula, me posicionar e analisar o que a minha família disse para mim. Por exemplo, sou de uma família de cristãos e defendo completamente o direito dos homossexuais. Não foram meus pais que impuseram isso para mim. Durante o processo de aprendizagem, do convívio que tenho com o meio, eu consegui me posicionar.

O estudante não é a parte mais frágil; o estudante tem, sim, a capacidade de se posicionar. E é importante garantirmos nas salas de aula os debates para os estudantes desenvolverem o senso crítico. Não devemos nos calar e deixar que esse projeto cale a nossa boca. Os estudantes têm de se posicionar junto à Ubes, devemos buscar unidades estudantis porque não podemos ficar calados diante desse ataque à liberdade de expressão.

Um questionamento que quero fazer é por que a Câmara Legislativa está tão preocupada em aprovar esse projeto. Em vez disso, por que esta Casa não olha para a situação caótica das escolas? As escolas estão sem quadras cobertas e sem papel. Estamos vendo de que lado realmente a Casa está. Em vez de olhar para os interesses dos estudantes que estão nas escolas sem uma quadra coberta, fazendo educação física no sol, eles se preocupam em calar a nossa boca. Eu estou aqui demonstrando minha insatisfação e não vou me calar, porque essa é a minha posição. Acredito que temos de garantir a democracia, não devemos privar os professores do direito de se posicionarem em sala de aula, e muito menos os estudantes. Isso é um ataque aos movimentos estudantis e tudo o que conquistamos na Ditadura Militar, que foi a democracia e a liberdade de expressão.

Era isso o que eu gostaria de dizer.

Obrigada a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Carla.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Antunes.

Em seguida, ao Sr. Jairo Mendonça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

SR. CLÁUDIO ANTUNES – Boa noite. Queria primeiro colocar que a gente precisa ter respeito às entidades. Nós temos na democracia, hoje, uma série de questionamentos com relação à representatividade. É um absurdo ouvirmos que as entidades estudantis não seriam legítimas representantes dos estudantes. Quero me solidarizar com o diretor do sindicato e com as entidades. Estamos vendo, desde o ano passado, uma série de ataques à democracia que se expressam de diversas formas.

A educação pública no Distrito Federal não é a única que está passando por esse tipo de projeto como o Projeto da Mordaca ou o da Escola sem Partido. Na verdade, os estados e municípios já vêm sofrendo esse tipo de ataque. Se pegarmos a versão original do primeiro projeto, ele nem expressava no conteúdo dos seus artigos a escola sem partido, porque talvez os seus autores pretendiam passá-lo aqui despercebido. Já o substitutivo, estamos com um substitutivo na Casa, veio para fazer o enfrentamento direto porque foi desmascarado pelo Sinpro. A verdade é essa. E nós já temos uma posição junto à categoria.

Realizamos uma assembleia recentemente e a categoria é absolutamente contrária ao projeto. Essa é a posição da categoria em assembleia. Se era o que faltava para deixar clara qual a posição dos professores, essa é a posição dos professores. Realizamos ontem, Deputado Chico Vigilante, uma atividade em que os professores puderam expressar o seu repúdio a esse projeto. Foi o dia de vestir-se de branco nas escolas. Recebemos centenas de fotos de várias escolas públicas no Distrito Federal com o grupo manifestando sua contrariedade aos encaminhamentos que estão sendo dados a esse projeto. Deputado Prof. Israel, é um absurdo isso tramitar aqui. O que aconteceria se esse projeto fosse aprovado? Eu quero expressar que se esse projeto for aprovado na Câmara Legislativa, pode até ganhar força aqui, mas ele não vai pisar no chão da escola, porque lá os estudantes e os professores determinam os seus rumos. Nós temos currículos, os debatemos e os construímos. No chão da escola, ninguém amordaça professor nem estudante. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, que vai ler uma relação com os nomes dos Deputados que já se comprometeram em votar contra o projeto. (Palmas.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Os que já se comprometeram oficialmente. Eu peço de uma salva de palmas para cada Deputado citado. Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Israel, Deputado Agaciel Maia, Deputado Wellington Luiz, Deputado Robério Negreiros, Deputado Dr. Michel, e ao Deputado Lira, que apareceu aqui recentemente declarando seu voto, uma salva de palmas especial. (Palmas.)

Estamos ainda em trabalho de convencimento dos demais, senhores. A participação de vocês é fundamental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Jairo Mendonça.

SR. JAIRO MENDONÇA – Boa noite, pessoal. Na verdade, vim aqui para fazer um desagravo. Como ex-militante estudantil que sou, oriundo dos movimentos sociais e professor há 20 anos na escola pública, faço um desagravo a esses meninos que são lutadores e construtores, para que continuem a luta pela democratização do País, como eu comecei lá na década de 90. Quero dizer que vocês são filhos da pedagogia da esperança, da autonomia e da coragem, que faz com que estejam aqui neste momento. Dediquem boa parte da vida de vocês a essa construção histórica. Só quem sabe disso é quem passa, de fato, pela escola pública. Esse é o primeiro desagravo.

Faço também um desagravo à comunidade da diversidade brasileira – de raça, de cor, de orientação sexual – que sofreu um grande retrocesso imposto por uma onda conservadora e fanática no Plano Distrital de Educação. A luta que os movimentos sociais fazem pelo respeito, por reconhecimento e por cidadania sofreu grande retrocesso aqui nesta Casa, imposto por uma bancada conservadora, fanática e fundamentalista.

Deixo esse desagravo em nome da escola pública, que acolhe a diversidade que é o País, a miscigenação que é o Brasil. Lamento profundamente esse retrocesso, mas vamos continuar educando para a esperança em tempos de desengano. É isso o que faremos daqui para a frente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. João Moreira. Em seguida, falará o Sr. Matheus Amaral.

SR. JOÃO MOREIRA – Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os presentes: professores, estudantes, funcionários da Casa. Quero saudar principalmente a liberdade.

Dois cidadãos vieram defender o projeto. Algumas semanas atrás, quem presidia a Mesa e promoveu aquele encontro expulsou as vozes contrárias na pancada. Estamos aqui defendendo justamente essa liberdade.

Eu me sinto, como professor de História, há 200 anos, no século XIX, discutindo uma aberração legislativa, jurídica, educacional e política presente nesse projeto. É um projeto sem fundamentação nenhuma porque está baseado em verdades absolutas. Faz um falseamento jurídico muito grande em cima de artigos, tratados internacionais que, se lidos com profundidade, são perfeitamente artigos contraditórios, mais amplos, que asseguram a liberdade.

Os charlatões que defendem esse projeto fazem deduções equivocadas e generalizações indevidas. É um projeto que não se baseia em nenhuma observação científica, em nenhuma experiência educacional. Simplesmente é um projeto de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

cunho ideológico que visa combater o pensamento contrário. É um projeto que pega carona nessa maré conservadora a que assistimos hoje no Brasil. É um projeto que joga com a despolitização da sociedade, tentando jogar pais de alunos contra professores, criminalizando professores, censurando-os em seu posicionamento em sala de aula. Faz uma completa distorção da realidade.

Vou ler aqui, sem me alongar muito, no meio de tantos artigos repletos de erros e aberrações, o inciso V do art. 3º, que fala que o professor deverá abster-se de introduzir em disciplina obrigatória conteúdos que possam estar em conflitos com as convicções religiosas e morais dos estudantes ou de seus pais. Ora, além de absurdo, isso é inexecutável. Imaginem: há milhões de famílias no Brasil, que com certeza vão se incomodar com algum aspecto.

Vai chegar um momento em que o professor não vai poder trabalhar com nomes como Charles Darwin, voltando àquele debate do século XIX arcaico, reacionário e atrasado, que com certeza vai incomodar uma família. O projeto coloca o direito da família em nível individual, decidindo o que a escola vai trabalhar, a forma como o professor vai trabalhar.

Então, é importante, Srs. Parlamentares, que se mantenha essa convicção contrária e se possa convencer os pares, porque se esse projeto passar aqui vai desmoralizar ainda mais esta Casa Legislativa. Se ele não cair por aqui, com certeza vai cair na sala de aula, porque não vamos nem esperar o Judiciário decretar a inconstitucionalidade desse projeto.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Matheus Amaral, Presidente do Conselho de Juventude de Taguatinga.

SR. MATHEUS AMARAL – Boa noite a todos. Estou aqui para falar em nome da juventude de Taguatinga. Uma coisa bacana é que toda a juventude de Taguatinga, a qual represento, é contra a ditadura, contra a mordada. Todos nós somos contra a mordada, por isso nós apoiamos 100% esse projeto.

Apoiamos 100% esse projeto por sermos contra. Aqui se diz: contra políticas partidárias. Professor tem que ensinar em sala de aula todos os tipos de política, concordo plenamente. Tem que ensinar a política a, b, c ou d, mas não pode impor ao aluno qual delas deve seguir. A moça que falou aqui agorinha disse: eu tenho capacidade de distinguir se ele está querendo ou não, mas nós estamos falando aqui não só de ensino médio, estamos falando de ensino fundamental.

Um professor, sim, é capaz de levar uma legião de alunos. Um professor, sim, consegue fazer a diferença na vida do aluno. O professor Reginaldo Veras ensinava em cursinho, ele consegue fazer a diferença. O problema não são os professores, o problema é a maldade que está dentro. Pessoas filiadas a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

determinados partidos querem doutrinar nossa juventude. Por isso nós somos 100% esse projeto. Apoiamos e assinamos embaixo.

Passando ou não, aí é outro caso, mas tem o nosso apoio. Nós queremos, sim, política nas escolas, mas não política partidária. Tem que ter o ensino, tem que ensinar? Lógico. Mas tem que botar os dois lados. Se determinado partido é ruim, coloque o outro. Quem tem que opinar, quem tem que ter a certeza, é o aluno.

Eu me lembro de um professor meu de Geografia. A gente vivia falando: "Professor, seja um Deputado. Professor, em quem o senhor vai votar?" Ele dizia: "Vocês que escolham. Estão aí as opções a, b e c. Cada um escolha a que quiser." É por isso que estamos lutando.

A juventude pede socorro porque nós cansamos de ser doutrinados pelos professores. Não estou falando de todos.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. MATHEUS AMARAL – Se quiser falar, por favor, inscreva-se e venha debater comigo aqui, mas não fique gritando, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, é o seguinte: as pessoas estão inscritas. Aqui nós não vamos registrar a intolerância que aconteceu na sessão anterior, em que não deixaram as pessoas falarem. Todo mundo vai falar. Aqui só tem pessoas inteligentes que sabem ter discernimento. As pessoas estão falando. Conclua.

SR. MATHEUS AMARAL – Sim. Em primeiro lugar, está sendo debatido meu temperamento. Estou pedindo calma, isso aqui é o (inaudível), estou falando aqui da legislação.

Para concluir, nós somos 100% a favor desse projeto de lei. Nós somos contra a mordaca? Claro, quem é que quer ficar amarrado dentro de sala de aula? Mas nós queremos que os alunos tenham voz. Nós não aceitamos que professores doutrinem.

Essa é minha opinião. Que Deus abençoe a todos. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Samuel de Assunção Ferreira, estudante de Ensino Médio.

SR. SAMUEL DE ASSUNÇÃO FERREIRA – Eu gostaria de agradecer pela oportunidade. Boa noite a todos.

Eu gostaria de fazer um teste com todos os presentes para saber se a situação que vivemos hoje é realmente a de que cada um tem a capacidade de contestar. Observemos o seguinte: quem aqui já ouviu falar em Karl Marx? Todo mundo, né. Agora, quem já ouviu falar de Ludwig von Mises, Escola Austríaca? O número caiu bastante. O que acontece é que a omissão também é algo que ataca o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

intelecto, proíbe o aluno de formatar o seu conhecimento e aí julgar as questões de que ele precisa para sua vida. Eu só queria dizer isso.

Quando chegarmos à casa hoje, sejamos sinceros com nós mesmos: será mesmo que há liberdade? É isso o que acontece?

(Manifestação fora do microfone.)

SR. SAMUEL DE ASSUNÇÃO FERREIRA – Não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, aqui não vai ter debate entre as pessoas que estão no plenário e aqueles que estão falando. Quem está falando está com a palavra; depois, o outro vem e fala. É assim.

SR. SAMUEL DE ASSUNÇÃO FERREIRA – É só isso mesmo o que eu queria dizer. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Matheus Lins, estudante de Filosofia da Universidade de Brasília.

SR. MATHEUS LINS – Boa noite, Mesa, professores, Deputados e presentes aqui. Sou aluno de Filosofia da UnB. Ao longo da minha vida acadêmica, muitas foram as vezes em que houve claramente uma doutrinação marxista não só na UnB, mas também na minha escola, durante o Ensino Médio.

Lendo o projeto de lei, em nenhum momento, nós encontramos uma pena para os professores. Não existe pena. Não se está criminalizando o professor.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. MATHEUS LINS – Por favor, gostaria que os senhores lessem o papel e o mostrassem para mim. Cadê a pena?

(Manifestação fora do microfone.)

SR. MATHEUS LINS – Exato, estaria no Código Penal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É o seguinte: você vai expressar sua opinião e não vai pedir opinião de ninguém aqui.

SR. MATHEUS LINS – Sim. No projeto de lei, não tem pena, criminalização. O que estamos assegurando nesse projeto de lei é a liberdade de consciência dos alunos, que é um princípio constitucional. Estou mentindo? Impedir que os professores doutrinam seus alunos garante a liberdade de consciência deles.

Muito obrigado. Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Michely Adriane, professora da rede particular de ensino do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

SRA. MICHELY ADRIANE – Boa noite. Para mim, foi muito enriquecedor esse debate, escutar cada um e escutar o Professor Reginaldo, que por muito tempo foi meu professor também, muito bom professor. Obrigada por seu ensinamento.

Fui aluna durante toda minha vida da rede pública e virei professora pelo amor que tinha por uma professora, por tudo que ela passava. E falo aqui do que nós professores passamos para as nossas crianças de ensino fundamental, porque o que a gente fala fica na cabeça delas, o que a gente fala nem o pai é capaz, muitas vezes, de tirar.

Quero colocar aqui que sou a favor do projeto sim. Sou a favor do projeto. Faço parte da juventude, fui aluna, nunca pisei em escola particular, fiz o Magistério e durante todo o Magistério, só foi Paulo Freire, sim. Nunca aprendi com outro pedagogo. Aprendi a dar aula como o Paulo Freire colocou, e nisso vejo doutrinação, sim. Passei por doutrinação, sim. Sou a favor do projeto e assim desejo expressar a minha opinião. Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado. Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para expressar mais um apoio contra o projeto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – A Deputada Luzia de Paula declara o seu voto contrário ao projeto.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós já temos 13 Deputados contrários. Nós queremos chegar a 20, 22.

Concedo a palavra ao Gabriel Magno Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Mateus Rodrigues.

SR. MATEUS RODRIGUES – Queria saudar a Mesa e agradecer a contribuição do Deputado Prof. Israel, que acredito que já tenha saído. Agradeço também à Professora Rosilene. Essas contribuições enriqueceram o debate.

Como integrante da direção plena da UES/DF – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, não posso deixar de me posicionar contra algumas falas que me antecederam. Acredito que na história do País, a juventude sempre teve um papel fundamental. Como já foi colocado, inclusive pela Mesa, tivemos um papel de protagonismo durante o processo “O petróleo é nosso”. Aprovamos o PNE – Plano Nacional de Educação. Conseguimos os *royalties* do petróleo para as áreas sociais, como saúde e educação. Então, negar a importância e o peso que as entidades estudantis têm é um absurdo.

Na atual conjuntura política, vemos vários ataques contra a juventude: projetos de redução da maioria penal, cortes na educação, e ainda assim, mesmo nessa conjuntura, tivemos, tanto na UNE como na Ubes, os maiores congressos da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

história dessas entidades. Portanto, dizer que essas entidades não representam a juventude é absurdo.

A juventude tem visto cada vez mais nessas entidades uma representação de verdade, uma atitude frente às políticas que vão na tentativa de precarizar ainda mais a educação pública. Então, dizer que elas não reconhecem a gente... Cara, tivemos mais de dez mil estudantes no Congresso da UNE. A galera estava lá em peso. Nunca tínhamos visto tanta corrente junta numa causa quanto vimos no caso da redução da maioria penal e nos cortes na educação. Então, essas entidades têm, sim, peso social, têm, sim, sua importância na conjuntura política do País e na história.

Eu gostaria de dizer que, primeiro, quero me posicionar. Sou totalmente contra esse projeto, porque entidades como a ULDF, por exemplo, uma entidade recém-fundada, criada no contato direto dos representantes eleitos dentro do colégio, do diálogo... Acredito que, tendo as entidades esse peso social, um projeto desse ser aprovado é um grande retrocesso na história, porque essas entidades se fortaleceram do diálogo boca a boca. Independentemente de professor, tenho orgulho de dizer que sou da corrente O Trabalho do PT. Em anos de educação pública, professor nenhum me cooptou. Muito pelo contrário, foi muito complicado conseguir fazer a minha cooptação. Então, acho que os professores estão muito ruins como cooptadores para o partido. Acredito que um projeto como esse é ridículo, porque ele enfraquece ainda mais a força da juventude na conjuntura política.

Enquanto estamos tentando barrar projetos como o da maioria penal, enquanto estamos lutando por mais investimentos na educação, querem calar nossa voz dentro do colégio diretamente com aquela galera que nos elegeram. Isso é um grande retrocesso, isso fere a memória de Edson Luís, de Honestino Guimarães e de vários outros estudantes que morreram em nome dessa causa. Por favor, vamos rever o que estamos apoiando e ver direito onde queremos chegar neste País.

Muito obrigado e desculpe pelo nervosismo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Gabriel voltou? (Pausa.) Ele foi para a assembleia.

Concedo a palavra ao Sr. Kayrã Oliveira Campos, estudante de cinema e mídias digitais, editor de vídeo e produtor da Produção IESB.

SR. KAYRÃ OLIVEIRA CAMPOS – Boa noite a todos os presentes. Dando uma olhada no projeto, pude ver que ele não pede nada mais, nada menos que o profissional tenha ética no seu ambiente de trabalho. Todo profissional tem o direito de opinião e de pensamento, mas não é permitido expressar isso no seu ambiente de trabalho. Imagine um médico atendendo um paciente começar a expressar seus pensamentos político-partidários. O projeto não impede o professor de debater com os seus alunos ou até mesmo incentivar debates na sua disciplina.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Outra coisa que me chama a atenção é que chamaram o projeto de mordça. Realmente é um projeto de mordça para aqueles professores que não são profissionais e que querem fazer da sala de aula um palanque político, entre outras coisas. No artigo 3º, inciso III, diz: “não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. O que esse artigo está querendo dizer? Ele está querendo evitar o que nós vimos ali: que crianças de 5 ou 6 anos, que nem sabem que assunto está sendo debatido aqui, sejam usados como massa de manobra. É isso o que ele quer impedir.

O projeto também tenta evitar influências políticas no ensino do aluno, não o ensino político. Um professor disse aqui que o *impeachment* do Presidente Collor nasceu em sala de aula. Não quero jogar pitada a partido político algum, mas *impeachment* de políticos envolvidos em corrupção não chegou às salas de aula, porque não era de interesse de determinados sindicatos. Desculpem-me, mas é minha opinião.

Um Deputado disse que vale a regra moral, que era individual. A regra é moral, mas a ética é universal. Desculpe-me.

Para finalizar, qualquer sindicato que tenha influência de partido político é vergonhoso para a categoria. Quando se fala do Sindicato dos Professores, que tem influência de partido político, é vergonhoso para a categoria, para o Estado, para a nação e para o povo brasileiro.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. KAYRÃ OLIVEIRA CAMPOS – Eu não sou do Millenium, eu trabalho privado.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. KAYRÃ OLIVEIRA CAMPOS – Eu estudei em escola pública, eu sou pobre.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. KAYRÃ OLIVEIRA CAMPOS – Escola Classe 50, da Ceilândia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, todo mundo vai respeitar as palavras do outro. Ninguém vai dialogar com quem está falando. Em seguida, outra pessoa falará. É assim que a gente age.

SR. KAYRÃ OLIVEIRA CAMPOS – Então, essa é a minha consideração final sobre esse projeto. Sou a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tendo em vista que o Sr. Gabriel não voltou, concedo a palavra ao Sr. Fernando Ferreira dos Reis.

Pessoal, antes de o Sr. Fernando falar, eu peço a vocês, ao pessoal que está dialogando aí o seguinte: todo mundo vai se comportar aqui. As pessoas falaram. Aqui é uma audiência democrática. Aqui ninguém vai agir conforme o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

comportamento anterior, quando não deram a palavra para quem queria discordar e ainda expulsaram. Aqui todo mundo é bem-vindo. Uns falam, e os outros ouvem. Contraponto existe. Nós inscrevemos todos que quiseram se inscrever. Nós não perguntamos qual era o pensamento, porque é assim que se expressa a democracia, é assim que se expressa a liberdade.

Sr. Fernando vai falar por três minutos. Vamos ouvi-lo calados.

SR. FERNANDO FERREIRA DOS REIS – Boa noite a todos.

Primeiro, belíssimo jovem que me antecedeu, respeite o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, uma entidade que nasceu enfrentando a ditadura militar, que é o que garante a você vir aqui e dizer o que quiser, porque houve um tempo em que outros morriam quando falavam o contrário. Então, essa democracia que você vive hoje, essa liberdade de dizer inclusive besteira, das quais nós discordamos, existe porque foi construído um processo democrático do qual esse sindicato participou efetivamente, e muitos sucumbiram nessa luta.

Segundo, a minha companheira de trabalho deu um depoimento aqui fantástico, Chico. Ela disse que estudou com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é filiado ao PDT, partido histórico de esquerda trabalhista. Ele foi professor dela e deu belíssimas aulas. Ela falou isso. Ela disse que estudou tudo o tempo todo com Paulo Freire e ela é favorável ao projeto. Prova de que não há doutrinação! Que coisa absurda! Então, olhem bem, olhem a incoerência dos defensores desse projeto.

Outro que me antecedeu... A gente ouve algumas coisas... O projeto não criminaliza. Então, pronto. Então, todo mundo hoje pode descumprir a lei a partir desse olhar. O projeto diz que ele institui uma série de sanções. Então, se eu descumprir, não tem problema? Criminaliza, amigo. Isso aqui quer fazer o que a gente teve na ditadura militar. Meu nobre companheiro Israel, a gente podia fazer até um estudo fantástico, uma analogia com a ditadura e batizar esse projeto que está aí de AI 1/2015.

Deputada Sandra Faraj, se não estiver me ouvindo, seus interlocutores podem lhe dar o recado. Fernando Ferreira dos Reis, professor em Santa Maria há 23 anos, trabalhou na primeira escola de lata da cidade. Sabe o que é uma escola de lata? Ela não sabe. Ela foi Administradora do Lago Norte. Uma escola de lata é aquele contêiner quente com quarenta alunos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, todo mundo vai ouvir o Fernando, assim como ouvimos todos aqui. Eu não vou admitir intervenção paralela. A palavra neste momento está com quem está na tribuna, e isso eu vou garantir.

SR. FERNANDO FERREIRA DOS REIS – Uma escola de lata, gente, é aquele contêiner do início dos anos 90 onde o professor ficava com quarenta alunos e não doutrinava. Mas nós fizemos uma das primeiras mobilizações na cidade de Santa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Maria com os estudantes. Sabe para quê? Para construir uma caixa d'água, porque a água lá era de chafariz.

A doutrinação que fizemos lá, a primeira mobilização na cidade, para a construção de uma caixa d'água para a escola, que era de lata. Isso está registrado na história.

É isto que esse projeto quer também destruir: a nossa capacidade de reflexão, de tornar o cidadão mais cidadão, para ele perceber o espaço em que está e como intervém e altera o Estado.

É impressionante como essa veia conservadora começa a crescer no Brasil no mesmo momento em que começamos a estudar a história africana. Porque o que vale até hoje é a história do europeu, do ariano, do branco, sob domínio. E é nesse momento que no Brasil todos querem tutelar o trabalho de libertação desse povo.

E aí, Deputada, um convite! Mas vá de botas, porque lá a poeira é grande. A senhora tem a chance de se redimir com a educação do Distrito Federal. Entre no seu carro, de botas, e vá ao Itapoã ver como os nossos professores estão doutrinando, sobrevivendo, ensinando aqueles meninos em condições precárias. Com salas de aula! Meu camarada Fábio, diga aí, porque precisamos que ela faça emendas aqui para construir escolas no Itapoã, no Paranoá, em São Sebastião, Santa Maria, Samambaia. É nessas regiões periféricas que precisamos da sua intervenção, Deputada, e não em nosso trabalho.

Liberdade! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Fernando.

Vou pedir ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para fazer um comunicado importante e imprescindível. Em seguida, falará o último inscrito.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Comunicado da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Amanhã, dia 26/06, sexta-feira, às 10 horas da manhã, teremos uma reunião com os assessores de todos os Deputados, em conjunto com a Secretaria de Fazenda e Planejamento, para discussão de todas as emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício fiscal de 2016.

Deputado Agaciel Maia, Presidente da CEOF.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Com a palavra o Sr. Allyson Prata, Fórum LGTB de Brasília.

SR. ALLYSON PRATA – Boa noite aos Deputados que se encontram presentes, Deputado Chico Vigilante e Deputado Prof. Reginaldo Veras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Quero cumprimentar todos os guerreiros professores que estão aí nessa luta, os assessores da Deputada Sandra Faraj que se encontram aqui e os fiéis de sua igreja também.

Dessa vez foi um modo diferente, porque o costume é sempre trazer para esta Casa ônibus lotado de pessoas. Eles vão à igreja, lotam o ônibus e o trazem esta Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos garantir a palavra do último orador. Cada um teve o direito de falar o que quis aqui. Está certo?

Portanto, o orador está com a palavra. E aqui quem dirige a Mesa sou eu. Não quero palpite de ninguém do plenário.

SR. ALLYSON PRATA – A liberdade de expressão ainda existe e a Constituição Federal me garante o direito de falar o que quiser, inclusive dentro desta Casa de Leis.

O que quero dizer é o seguinte: a gente costuma sempre ver, dentro desta Casa, o quê? Deputado a, b, c, pastor, pastora, missionário, obreiro, o que quer que seja, ir à sua igreja, lotar um ônibus e trazê-lo para cá, a fim de lotar essa galeria para tentar intimidar os nossos Deputados.

Infelizmente, a gente tem muito Deputado que ainda se deixa caminhar com eles. Em princípio, tínhamos um número de Deputados que os apoiava, mas hoje já estamos ganhando, graças a Deus. Não sei se, no dia da votação, eles não irão encher este plenário e os Deputados fugirem de novo.

O que eu penso: as pessoas que vieram a esta tribuna apoiar isso que foi apresentado nesta Casa – não posso nem chamar de projeto de lei, porque é falta de respeito com os outros projetos de lei, que têm seriedade aqui –, por um determinado Parlamentar, vieram para cá sem saber o que estavam falando. Elas não sabem. Vieram para cá e disseram: “Ah, eu não concordo por isso, por isso, por isso, e por isso!” Se quiserem fazer oposição a alguma coisa, procurem estudar e saber o que diz a lei. Porque, com esse projeto aqui, a gente tem que fazer isso, em respeito aos professores de Brasília, em respeito àqueles que estão dentro de sala de aula e aguentam alunos com piadas e que não fazem o que lhes é mandado, aguentam ser humilhados e xingados e ainda receber um salário baixo e ser reconhecidos pelo governo como uma categoria que não sei nem dizer o nome, para não menosprezar os companheiros.

Então, se eles acham que os professores da rede pública não só de Brasília, mas do Brasil – porque eles estão fazendo isso não só aqui... Enquanto se discute redução da maioria penal no Congresso, eles apresentam, nas assembleias legislativas e câmaras municipais, projetos de lei... Projetos de lei, não; baboseiras iguais a essa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Você tem um minuto para concluir.

SR. ALLYSON PRATA – Perfeito.

Então, se eles acham que os nossos professores, que nos educaram, que os colocaram onde estão... Se hoje eles são Deputados é porque têm o ensino médio ou a faculdade, porque tiveram um professor que os ensinaram.

Então, Deputados e Deputadas que são a favor da lei da mordaza, respeitem os nossos professores. Nossos professores não são cachorros para estarem dentro de sala de aula escutando sapos de alunos e passando pelo que passam.

Para concluir, Deputado, eu tinha escrito um discurso aqui, mas vou ler só o finalzinho dele: "Esses Deputados que fazem isso, se eles ocupassem o seu tempo desenvolvendo um projeto que permitisse que as escolas fossem um local de democracia, que pudesse decidir com a comunidade o seu projeto de ensino, com um conselho escolar forte e participativo, sem ter que fazer o que o governo de um partido ou de outro partido intervém... Por que as Sras. e os Srs. Deputados que apresentaram isso não colocam o seu mandato a favor das escolas públicas e incentivam os pais a participarem de reuniões de escola e dos conselhos e assembleias escolares, decidindo em conjunto o rumo das escolas dos seus filhos? Desse jeito, se houver algum professor doutrinador, a comunidade escolar legitimada pela participação nas decisões da escola dará contra ele..." Ou essa ideia é democracia esquerdista demais? Porque o que a gente vê em Brasília é um absurdo. A gente tem isso em relação ao gênero.

Eu não consigo falar porque o meu tempo é curto, mas a gente ainda volta a esta Casa para discutir isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado. Traga o discurso e o deixe aqui, porque vamos registrá-lo nos Anais.

(DISCURSO A QUE SE REFERE O SR. ALLYSON PRATA.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PL: 01/15

Penso que quem ocupa seu tempo para elaborar, defender e discutir um projeto destes não sabe mesmo dos reais problemas de educação neste país. Acredito que episódios que poderiam ser chamados de doutrinação acontecem em algumas escolas e com alguns professores, em diferentes momentos e por diferentes ideologias, esquerda, direita, religiosas, mas não são a corrente nas salas de aula.

São professores desvalorizados por salários baixos e falta de estímulo para continuar na profissão; são salas de aula precárias, com goteiras, ou muito quentes, ou muito frias, ou muito pequenas, ou muito úmidas; são escolas que precisam ficar o tempo todo ajustando seus projetos pedagógicos porque entra e sai partido do governo e cada um tem um projeto mais mirabolante que o outro. Como este que alguns parlamentares tenta emplacar...

Eu pergunto para quê? Os senhor e Senhoras parlamentares também tem medo de que uma onda de comunistas invada o Brasil? Ou também acha que os professores massacrados no Paraná eram comunistas e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Voltando a palavra à Mesa, vamos começar com o nosso companheiro Vice-Presidente Regional da União Nacional dos Estudantes, André João Costa.

André, pedimos o tempo de três minutos para você fazer as considerações finais.

SR. ANDRÉ JOÃO COSTA – Serei bem rápido mesmo. Primeiro, quero agradecer o espaço da exposição. Quero falar que vamos encabeçar a luta, com certeza, a UNE, a Ubes, o Sindicato dos Professores. É isso. Queremos defender principalmente a democracia.

Esperamos que esta Casa, que, inclusive, tentou barrar a gente, a UNE e a Ubes, na votação do PDE – Plano Distrital de Educação... Graças ao Sindicato dos Professores, a gente conseguiu entrar e manifestar a nossa opinião contrária ao que se passou aqui.

Esperamos voltar a esta Casa para debater pautas positivas. Debater como a gente vai resolver os problemas da Escola de Música de Brasília, que está caindo aos pedaços; a situação da Escola Técnica de Brasília, que sempre passa por diversas dificuldades, e a questão da Universidade Distrital. Acho que já passou da hora de a gente ter esse debate sincero nesta Casa e de a Universidade Distrital sair do papel. É isso.

Quero convidar quem for a favor da juventude, na terça-feira, a se somar à manifestação dos estudantes, às 9 horas, na Esplanada. Vamos nos manifestar contra a redução da maioridade penal; vamos rumo ao Congresso Nacional e não vamos aceitar que o Eduardo Cunha venha impor seus direitos, tratorar esse debate tão importante para a juventude brasileira. A concentração será às 9 horas no Museu Nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ok. Concedo a palavra ao nosso querido companheiro, guerreiro Leonardo Matheus, Diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UES/DF.

Uma brincadeira, o Reginaldo estava aqui e disse: “Eu estou com uma inveja desse Leonardo porque, quando eu era mais novo, eu tinha uma cabeleira igual à dele, e agora acabou tudo”. Eu falei: “Reginaldo, isso é a idade. Isso é a idade”.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Como é o nome do rapaz lá atrás com o cabelo *black power*? Samuel? Samuel, eu morro de inveja! O meu já foi assim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foi só para descontrar.

O SR. LEONARDO MATHEUS – Primeiramente, eu gostaria de agradecer porque este espaço é um espaço assim muito amplo e muito democrático. Nós vimos aqui diversas opiniões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Quero dizer a vocês parabéns, pois não é fácil permanecer contrário quando muita gente está a favor de uma opinião. Não é fácil. Eu sei como é. Eu passo em escolas desde o meu segundo ano. Já faz mais de quatro anos que eu estou no Movimento Estudantil e faz quatro anos que eu vou às escolas da Ceilândia. Você falou CEF 14? O CEF 14 é uma escola muito boa onde a juventude, inclusive, gosta muito de opinar. Já passei. Já fui a várias escolas. Eu acho engraçado quando a gente fala que não houve espaço para as duas opiniões, mas eu contei mais opiniões a favor do projeto do que contra ele. Houve mais intervenções a favor do projeto do que contra ele. Então, eu acho que houve imparcialidade. Eu acho que houve aqui um espaço democrático para todo mundo.

Sobre o Von Mises, bom, se eu não me engano, é o mesmo instituto que, conforme comprovado pelos documentos vazados do *Wikileaks*, recebe financiamento dos mesmos órgãos que financiaram a ditadura na Nicarágua, Panamá, Brasil, Argentina e China. Então, muito me preocupa não discutir o Von Mises nas escolas. Acho que tem que ser discutido e mostrado quem é que financia a eles e à Escola Austríaca e quem eles estão financiando hoje. Então, eu acho que realmente tem que se discutir o Von Mises nas escolas.

Sobre o Paulo Freire, quando você falou que só se estuda ele, eu também acho que isso é ruim para a democracia e é ruim para a educação. Só que eu queria saber quantos educadores foram para o Nordeste ensinar quem não tinha alfabetização, os idosos, quantos encararam uma ditadura militar, quantos mostraram que o ódio podia ser vencido com amor e com educação. Quantos? E aí, quando a gente souber quantos desses existem, talvez a gente possa propor que eles também estejam nas tabelas de ensino, porque Paulo Freire fez isso, ele encarou uma ditadura e encarou o ódio com amor, mostrando que isso vence todas as barreiras. Mas gostei muito de você ter falado isso aqui.

Só para encerrar o debate, falaram que as entidades não são representativas, e quero dizer que não tem como agradar todo mundo. Eu sei disso. Eu sou Presidente da UES/DF, eu sei que não é possível agradar todo mundo, mas o Congresso da Ubes e o Congresso da UNE tiveram entidades, como disse o André, da extrema esquerda à extrema direita. Por mais que vocês achem que não os representam, podem ter certeza de que até um estudante que defende ditadura militar talvez fosse encontrado no Congresso da UNE e da Ubes, porque lá você conseguia encontrar pessoas defendendo a pena de morte.

Então, eu acho que é muito prejudicial falar que são entidades que não representam. Eu sinto que elas representam muito. Aquele cara ali está com aquela blusa amarela, com a figura de um barbudão que representa o meu herói, como eu já disse, o Honestino Guimarães. Esse cara aí morreu para defender que vocês viessem aqui dar a opinião de vocês, dizer se são a favor ou não de um projeto como esse. Então, podem até não me respeitar como figura de Presidente da UES/DF, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

eu peço que respeitem aquele cara ali, o Honestino Guimarães. Ele foi um cara que deu a vida pela democracia brasileira. (Palmas.)

Muito obrigado. Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Leonardo.

Concedo a palavra ao professor Fábio Pereira de Sousa.

SR. FÁBIO PEREIRA DE SOUSA – Bom, eu quero, mais uma vez, agradecer o convite da Secretaria de Educação para participar deste debate. E colocamos tanto a assessoria da SUBEB — Subsecretaria de Educação Básica e a SUPLAV — Subsecretaria de Planejamento Acompanhamento e Avaliação Educacional à disposição da Câmara Legislativa e da Deputada para nós discutirmos isso.

Reafirmo, mais uma vez, que o nosso currículo escolar é um documento de identidade, é político, pedagógico, flexível, transformador, crítico, reflexivo, diverso, libertador de correntes, seja ideológica, seja científica, seja filosófica. Por isso nós elegemos dentro do currículo temas transversais como educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos. Então, aqui estamos para debater isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Concedo a palavra o Deputado Prof. Reginaldo Veras para as suas considerações finais.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Primeiro parabênzinhos a todos pela participação de posturas diferentes, esse é o grande princípio da democracia. Ora grupos ganham, ora grupos perdem, e a vida segue. A democracia se faz dessa maneira.

Apesar de um ou outro comentário aqui, uma ou outra interrupção, a condução foi muito civilizada e muito democrática. Deixo aqui parabéns ao Deputado Chico Vigilante, um grande democrata que soube conduzir de forma democrática esta sessão. Parabéns, Deputado Chico Vigilante. (Palmas.)

Falei aqui na minha palavra inicial de algumas pessoas que contribuíram para a minha formação como cidadão e como educador. Citei Santa Júlia Billiart, acho que poucos a conhecem. Eu tive contato com Santa Júlia Billiart quando fui professor da congregação Notre Dame, fui coordenador de Ensino Médio, fui professor e aprendi muito. Como as irmãs me obrigavam a ler os livros de Santa Júlia Billiart porque eu tinha que dar palestras nas escolas Notre Dame do Brasil, acabei me encantando também por essa fantástica educadora lá do século XVIII. Gente, olhem que coisa fantástica que ainda hoje nos influencia.

Essa questão é ideológica, não deixa de ser, poucos conhecem. Vou sintetizar o que ela disse aqui sobre educação e que talvez seja a síntese das duas posições aqui. Nós temos aqui uma visão mais conservadora, outra mais progressista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

ou mais libertária. Mas vejam bem o que disse Santa Júlia Billiard há quinhentos anos: “A educação se faz com rigor e doçura, com firmeza e bondade, com energia e paz e, acima de tudo, com disciplina e liberdade”. Santa Júlia Billiard.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Antes de encerrar, eu queria pedir a vocês uma salva de palmas – eu vou citá-los porque eles efetivamente merecem – aos nossos companheiros, companheira e companheiro, da segurança desta Casa que estão trabalhando aqui com a gente (Palmas); às nossas companheiras taquígrafas, pois estamos aqui num dia de quinta-feira, são quase 19h, e elas estão aqui dedicadas, registrando tudo (Palmas.) – e olhem que temos uma festa junina ali fora, inclusive vocês estão convidados a participar, mas é claro que cada um tem que pagar o seu quentão e tudo –; ao nosso garçom que aqui está – ele não tinha essa obrigação, mas eu falei: rapaz, vai ficar feio a gente tomar café e o povo não, e colocamos uma garrafinha de café lá e avisamos a todos que podiam tomá-lo, está lá, é bom, mas não tomo porque tenho gastrite (Palmas.); à Verônica, que é o símbolo de todos nós, é do Cerimonial, fica preocupada, correndo, organizando tudo (Palmas); ao pessoal do meu gabinete, todas as meninas e os meninos que estão aqui (Palmas.); à equipe do som, esquecemos o som (Palmas); ao brigadista (Palmas); e ao vigilante (Palmas).

Quero dizer que nós cumprimos um objetivo. O nosso objetivo é exatamente este: debater. Esta Casa tem que ser a Casa do debate. Quando iniciei no movimento sindical, tinha vivido na roça até os 24 anos, Reginaldo, a gente era vigiado, era ditadura. Depois, quando fui disputar eleição pela primeira vez, tive que tirar uma coisa que vocês que são jovens nem sabem que existiu, o chamado Atestado de Bons Antecedentes fornecido pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social. E esse atestado era para saber se a pessoa, algum dia, tinha se envolvido com alguma luta, porque aí já estava condenada a não ter autorização para disputar sindicato.

É um país ainda muito machista, a verdade é essa. Nós somos uma sociedade machista, homofóbica. Eu fico questionando. Gente, lésbica existe, *gay* existe. Eu achei o maior absurdo quando falaram de casamento *gay*, porque foi o Supremo Tribunal Federal que disse que era legal a união. E por que foi declarada legal essa união? Porque eles viviam juntos por trinta anos, com a família discriminando, atacando e tudo. No dia em que um morria, a família corria para buscar os bens. Não era isso? Discriminava o tempo todo, depois ia lá buscar os bens.

Portanto, acho que da vida da gente só tem um que pode tomar conta, que está vigiando o tempo todo o nosso comportamento – eu acredito nisso –, e é Ele que vai julgar cada um de nós: é Deus. Todos nós aqui um dia vamos prestar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 06 2015	15h	58ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

constas a Ele. Até mesmo os que não acreditam, mas, na hora de morrer, clamam por Deus: “Meu Deus!”

Eu fico feliz efetivamente. Nós queremos realizar mais e mais debates de nível para que avancemos na democracia neste País. Nós realizamos aqui um debate de alto nível, de respeito.

Eu tenho convicção de uma coisa, Deputado Prof. Reginaldo Veras: sem democracia não há saída. Nós passamos por 25 anos de ditadura que foram um atraso para este País. Fico imaginando algo. Se alguém quiser criticar o Juscelino, pode criticar, mas como seria o Brasil hoje se não tivessem interditado o Juscelino? O Jango, o Brizola, o Prestes, o que esses homens queriam? Terra, liberdade, ensino de qualidade. Era isso que eles queriam, que o povo tivesse acesso a isso. E o que a ditadura fez? Barrou tudo isso. Ficou 25 anos, mas não durou a vida toda, porque regime nenhum se sustenta se não estiver baseado e efetivamente cimentado no povo.

Existe gente que critica as igrejas evangélicas, e eu acho um erro. É importante que elas existam. Vamos investigar o trabalho social que elas fazem, a importância efetiva que têm. E aí cabe a cada um de nós decidir qual igreja queremos seguir, é o direito que temos.

Portanto, eu fico muito feliz por termos vivido esta tarde de liberdade aqui na Câmara. Vocês serão chamados para outros debates.

Eu não vou adentrar aqui na questão da maioria penal, mas eu até já sei quem vai ser punido mais uma vez: o pobre, o preto, a periferia. É quem vai ser punido. E eu estou falando isso, gente, porque eu já fui preso por causa de greve. Eu sempre digo que fui preso por causa de greve para não acharem que eu meti a mão em alguma coisa. Eu fui para a Papuda, e a coisa que mais me choca é quando eu ouço esses locutores de rádio dizendo: “Está na Papuda para comer bem”. Vai lá para ver se comem bem. Vai lá para ver o que é aquela coisa. Aquilo ali é o inferno, aquilo não recupera ninguém. Fiquei lá pouco tempo, mas aquilo ali não recupera absolutamente ninguém. Aí vêm dizer que vão passar bem na Papuda? Só se fosse louco. E os loucos também têm o direito de ter o tratamento deles, e a gente tem que proporcionar isso.

Eu quero agradecer a cada uma e a cada um de vocês que estiveram aqui hoje. Estudantes, sem vocês esta Nação não tem futuro. Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades, do governo e demais convidados, e de vocês, público, que são o mais importante. Sem vocês não haveria comissão geral, sem vocês não haveria a riqueza que foi este debate aqui hoje.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h4min.)